

CARTA ANUAL DE

**POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA
CORPORATIVA**

2025 | ano-base 2024

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME

MINISTRO DE ESTADO

Alexandre Silveira de Oliveira

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Arthur Cerqueira Valério

SECRETÁRIO NACIONAL DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

Vítor Eduardo de Almeida Saback

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL – SGB

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Denis de Moura Soares – representante do Ministério de Minas e Energia

CONSELHEIROS

Inácio Cavalcante Melo Neto – Diretor-Presidente do Serviço Geológico do Brasil – SGB

Marilene Ferrari Lucas Alves Filha – representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Hemeline Lúcia Camata Soares – representante do Ministério de Minas e Energia

Manoel Barretto da Rocha Neto – membro independente indicado pelo Ministério de Minas e Energia

Janaína Simone Neves Miranda – representante dos empregados

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR-PRESIDENTE

Inácio Cavalcante Melo Neto

DIRETORA DE HIDROLOGIA E GESTÃO TERRITORIAL

Alice Silva de Castilho

DIRETOR DE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS

Francisco Valdir Silveira

DIRETORA DE INFRAESTRUTURA GEOCIENTÍFICA

Sabrina Soares de Araújo Gois

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Cassiano de Souza Alves

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

Ana Paula Lima Vieira Bittencourt – representante do Ministério de Minas e Energia

CONSELHEIROS TITULARES

Flávia Filippi Giannetti – representante do Tesouro Nacional

Carlos Eduardo de Carvalho Pachá – representante do Ministério de Minas e Energia

CONSELHEIROS SUPLENTES

Wiler Roger de Souza – representante do Tesouro Nacional

Renata Rosada da Silva – representante do Ministério de Minas e Energia

Luís Guilherme Parga Cintra – representante do Ministério de Minas e Energia

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (SGB-CPRM)

**CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
GOVERNANÇA CORPORATIVA**

2025 | ano-base 2024

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Indentificação geral da empresa	10
Figura 2: Distribuição da representação do SGB-CPRM no território nacional e sua infraestrutura operacional.	12
Figura 3: Missão, Visão e Valores do SGB-CPRM	15
Figura 4: Áreas de atuação do SGB-CPRM	16
Figura 5: Plangeo 2025-2034 do SGB-CPRM	19
Figura 6: áreas de atuação do SGB-CPRM.....	20
Figura 7: Navio de Pesquisa Vital de Oliveira	21
Figura 8: Levantamento de campo para fomento ao geoturismo - Ilha de Fernando de Noronha - PE	22
Figura 9: atuação do SGB-CPRM na situação emergencial do Rio Grande do Sul.....	23
Figura 10: Programas de Parcerias para fortalecer o monitoramento dos recursos hídricos.	24
Figura 11: Trabalhos de monitoramento dos Recursos Hídricos da Bacia Carbonífera	25
Figura 12: A escultura da preguiça-gigante, inaugurada em 2024 pelo SGB-CPRm estimula os estudos em geociências	27
Figura 13: Mapa Estratégico do SGB-CPRM com objetivos estratégicos por perspectiva para o ano 2024	28
Figura 14: Mapa Estratégico com o desempenho do exercício 2024.....	29
Figura 15: As áreas de atuação do SGB-CPRM e suas relações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	40
Figura 16: Logotipo relacionado ao ODS 18 de igualdade étnico-racial.	41
Figura 17: participação do Serviço Geológico do Brasil na COP 30	42
Figura 18: Infográfico dos principais resultados SGB-CPRM 2024	45
Figura 19: Estrutura Organizacional do SGB-CPRM 2024	52
Figura 20: Papeis dos Órgãos de Governança	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Programas de Governo do PPA e Ações Orçamentárias na LOA 2024.....	28
Tabela 2: Distribuição de Projetos e Linhas de Atuação do SGB-CPRM nos Programas do PPA 2024–2027.....	32
Tabela 3: Correlação objetivos SGB-CPRM, PPA 2024–2027 e o Novo PAC.....	32
Tabela 4: Financeiro por programa e ação (R\$ 1,00).....	38
Tabela 5: Composição acionária SGB-CPRM 2024	47
Tabela 6: Participações Societárias no SGB-CPRM/2024.....	48
Tabela 7: Parcerias estratégicas nas esferas Federal e Estadual.....	57
Tabela 8: Parcerias estratégicas com Instituições e Universidades.....	57
Tabela 9: Parcerias estratégicas com empresas estatais e entidades privadas	58
Tabela 10: Fatores de Risco	62
Tabela 11: Mapa de Risco Estratégico 2024.....	62
Tabela 12: Remuneração dos Administradores 2024.....	64
Tabela 13: Indicadores de Governança do TCU 2021-2024.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Orçamento SGB-CPRM 2015 a 2024.....	34
Gráfico 2: Orçamento x Execução Orçamentária SGB-CPRM 2015 a 2024	34
Gráfico 3: Orçamento x Execução Orçamentária Obrigatórias SGB-CPRM 2015 a 2024	36
Gráfico 4: Orçamento x Execução Orçamentária Discricionária SGB-CPRM 2015 a 2024.....	36
Gráfico 5: Orçamento x Execução Orçamentária PAC SGB-CPRM 2015 a 2024	36
Gráfico 6: Execução Orçamentária em percentual SGB-CPRM 2015 a 2024	37
Gráfico 7: Destaques Recebidos e Concedidos SGB-CPRM 2015 a 2024.....	38
Gráfico 8: Orçamento x Restos a Pagar SGB-CPRM 2015 a 2024.....	38
Gráfico 9: Termos de Execução Descentralizada (TEDs) firmados pelo SGB-CPRM.....	41

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO DA EMPRESA.....	10
1.1.	IDENTIFICAÇÃO GERAL	10
1.1.1.	Quem somos.....	11
1.1.2.	Atribuições legais.....	12
2.	Políticas públicas.....	15
2.1.	POLÍTICAS PÚBLICAS EXECUTADAS PELO SGB-CPRM	15
2.1.1.	Valor Gerado	15
2.1.2.	Políticas Transversais	18
2.2.	METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	27
2.2.1.	Planejamento Estratégico	27
2.2.2.	O Plano Plurianual e as Ações Orçamentárias.....	28
2.3.	PRINCIPAIS RESULTADOS	29
2.3.1.	Entregas para o Alcance dos Objetivos dos Programas do PPA 2024–2027	30
2.3.2.	O SGB-CPRM no Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).....	32
2.4.	RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	32
2.4.1.	Descrição dos Indicadores de Políticas Públicas.....	32
2.4.2.	Gestão Orçamentária e Financeira	33
2.4.3.	Gestão de Custos	35
2.4.4.	Fontes e recursos orçamentários.....	35
2.4.5.	Informações Financeiras	37
2.4.6.	Resultados econômicos-financeiros da operacionalização das políticas públicas	38
2.5.	ADERÊNCIA AOS ODS E INICIATIVAS DE ASG.....	39
2.5.1.	Outras informações relevantes: Parcerias em PD&I e TEDs.....	41
2.5.2.	Participação em Fóruns Globais - SGB-CPRM na COP 29	41
2.6.	IMPACTOS DAS OPERACIONALIZAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	42
2.6.1.	Balanco Social do SGB-CPRM	42
2.6.2.	SGB-CPRM em Números: Entregas e Resultados que Fazem Diferença	44
2.7.	DIREITOS HUMANOS.....	45
3.	GOVERNANÇA CORPORATIVA	47
3.1.	INFORMações societárias, ATIVIDADES DESENVOLVIDAS e governança corporativa	47
3.1.1.	Informações Societárias	47
3.1.2.	Atividades desenvolvidas	48
3.1.3.	Estrutura Organizacional do SGB-CPRM	51
3.1.4.	Estrutura e Práticas de Governança Corporativa no SGB-CPRM	53
3.2.	Parcerias Estratégicas.....	56
3.2.1.	Parcerias estratégicas nacionais	56
3.2.2.	Projetos em parceria.....	58
3.3.	DADOS FINANCEIROS, COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES E FATORES DE RISCO CORPORATIVO	59
3.3.1.	Análise da Execução Financeira	59
3.3.2.	Comentários dos Administradores	60
3.3.3.	Gerenciamento de Riscos e Controles Internos	61
3.4.	COMPOSIÇÃO E REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	64
3.4.1.	Descrição da remuneração dos Administradores	64
3.5.	INOVAÇÕES EM GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	66
3.5.1.	Políticas e práticas de governança corporativa	66

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2024 representou um marco na consolidação do Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM), como instituição de Estado estratégica para o desenvolvimento sustentável, a segurança territorial e a gestão responsável dos recursos naturais do país.

A atuação da empresa esteve fortemente alinhada às prioridades estabelecidas pelo **Plano Plurianual 2024–2027** e pelos **Programas de Aceleração do Crescimento (Novo PAC)**, destacando-se pelas contribuições às políticas públicas de mineração, recursos hídricos, prevenção de desastres, transição energética e ordenamento territorial.

Entre os avanços institucionais, destaca-se a expressiva **produção técnico-científica**: foram 84 mil km² de mapeamento geológico, mais de 140 mil análises laboratoriais realizadas, investimentos robustos em minerais estratégicos e ações diretas em mais de 200 municípios brasileiros.

A quarta edição do nosso **Balanco Social**, prevista para agosto de 2025, trará resultados concretos dessas entregas, com indicadores que evidenciam o impacto positivo gerado pelo SGB-CPRM em diversas frentes. O retorno para a sociedade, de R\$ 9,47 para cada R\$ 1 investido, revela a solidez do modelo institucional pautado em ciência, transparência e valor público.

Mesmo diante de um cenário fiscal mais restritivo, que impôs desafios à execução orçamentária e à implementação de projetos estruturantes, a empresa demonstrou resiliência. O esforço da gestão em aprimorar o uso dos recursos, ampliar parcerias e reforçar os controles internos resultou na **execução de 94% da Lei Orçamentária Anual**, assegurando a continuidade das entregas estratégicas.

A **governança corporativa** foi fortalecida com a revisão do Planejamento Estratégico 2024–2028, o avanço no mapeamento de riscos e a consolidação de práticas de integridade, conformidade e responsabilidade social.

O compromisso do SGB-CPRM com os **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)** e com os princípios de **ESG** manteve-se evidente em projetos voltados à economia circular, educação científica, recuperação ambiental e apoio à gestão pública nos níveis federal, estadual e municipal.

Além disso, a ampliação da atuação internacional e a inserção ativa em fóruns como a **COP29** posicionam o SGB-CPRM como referência técnica global em geociências aplicadas à agenda climática e ao desenvolvimento resiliente.

Este desempenho é fruto da atuação integrada entre **Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal** e o engajamento técnico e institucional de nossos empregados, parceiros e colaboradores. Reiteramos, assim, nosso compromisso com a excelência técnica, a inovação responsável e o fortalecimento da governança como alicerces para a geração de valor público.

Seguimos firmes no propósito de transformar conhecimento geocientífico em desenvolvimento, soberania e bem-estar para toda a sociedade brasileira.

Denis de Moura Soares
Presidente do Conselho de Administração

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em atenção ao disposto no art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, prevista no art. 13, inciso I, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, referente ao exercício social de 2024.

1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

1.1. IDENTIFICAÇÃO GERAL

Figura 1: Indenificação geral da empresa

Empresa	COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM
CNPJ	00.091.652/0001-89 NIRE 5330000166-9
Sede	Brasília/DF
Tipo de estatal	Empresa Pública de Direito Privado
Acionista controlador	União, por meio do Tesouro Nacional / Acionistas de Direito Público Privado
Tipo societário	Sociedade por Ações
Estrutura de capital	Fechado
Setor de atuação	Pesquisa, estudos e desenvolvimento do conhecimento das Geociências
Diretor de Administração e Finanças	Rodrigo de Melo Teixeira Telefone: (61) 2108-8400 Email: rodrigo.teixeira@sgb.gov.br
Auditor Independente atual da empresa	TBRT Auditores Independentes S/S Tel: (11) 2275-4127 Email: nivaldo@tbrt.com.br Nivaldo Saburo Yamamoto - Contador CRC 1SP195282/O-9 Sócio Administrador e Responsável Técnico Renan Yamamoto - Contador CRC 1SP324183/O-6 Sócio Responsável Técnico
Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa	Denis de Moura Soares Inácio Cavalcante Melo Neto Marilene Ferrari Lucas Alves Filha Hemeline Lúcia Camata Soares Manoel Barretto da Rocha Neto (conselheiro independente) Janaína Simone Neves Miranda (representante dos empregados)
Data de divulgação	30/05/2025

1.1.1. Quem somos

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) é uma empresa pública vinculada ao Governo Federal, através do Ministério de Minas e Energia. Conhecida como **Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM)**, sua missão inclui a geração e divulgação de informações geológicas e ambientais essenciais para o território brasileiro, abrangendo mapas, dados sobre recursos minerais, águas subterrâneas e riscos naturais.

Criada em 1969, a CPRM passou a ser oficialmente reconhecida como Serviço Geológico do Brasil em 1994. É uma empresa de direito privado com função pública, e atua seguindo as leis e normas que regem as empresas estatais.

Para cumprir sua missão, o SGB-CPRM conta com uma ampla infraestrutura distribuída pelo país. São **oito Superintendências Regionais** nas cidades de Manaus (AM), Belém (PA), Recife (PE), Goiânia (GO), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS), responsáveis pela execução dos projetos. Além disso, possui **três Residências** (em Porto Velho-RO, Teresina-PI e Fortaleza-CE), **sete Núcleos de apoio** (em São Luís-MA, Natal-RN, Curitiba-PR, Boa Vista-RR, Criciúma-SC, Cuiabá-MT e Palmas-TO) e **dois Centros de Treinamento**, localizados em Apiaí (SP) e Morro do Chapéu (BA). A sede da empresa está em Brasília (DF), e o Escritório Central, que coordena as áreas técnicas e administrativas, fica no Rio de Janeiro (RJ).

O SGB-CPRM também mantém importantes **redes de apoio técnico e científico**:

- **Rede Lamim:** reúne 20 laboratórios voltados à coleta e um laboratório principal dedicado à análise da qualidade das águas minerais do Brasil e à preparação de amostras geológicas.
- **Rede de Litotecas:** formada por 10 unidades que guardam um valioso acervo litológico, com testemunhos de sondagem, amostras de rochas, materiais de geologia marinha, lâminas petrográficas e alíquotas geoquímicas.
- **Rede Ametista:** rede de bibliotecas com atendimento on-line ou presencial, por meio do SEUS (Serviço de Atendimento ao Usuário), reunindo um acervo técnico e bibliográfico especializado em Geociências.

A instituição também abriga o **Museu de Ciências da Terra**, localizado no bairro da Urca, no Rio de Janeiro. O museu possui o maior acervo de fósseis e minerais da América do Sul, sendo um espaço importante para a divulgação científica e a educação.

Outro destaque é o **Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CEDES)**, que tem como objetivo desenvolver e aplicar novas técnicas e métodos científicos, contribuindo para o avanço da pesquisa e da inovação nas atividades do SGB-CPRM.

Figura 2: Distribuição da representação do SGB-CPRM no território nacional e sua infraestrutura operacional.



1.1.2. Atribuições legais

Suas atribuições, como Serviço Geológico do Brasil - SGB, definidas pela Lei nº 8.970 de 1994, são:

- Subsidiar a formulação da política mineral e geológicas, participar do planejamento, da coordenação e executar os serviços de geologia e hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional;
- Estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;
- Orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas ou privadas na realização de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;

- Elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível aos interessados;
- Colaborar em projetos de preservação do meio ambiente em ação complementar à dos órgãos competentes da administração pública federal, estadual e municipal;
- Realizar pesquisas e estudos relacionados com os fenômenos naturais ligados à Terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros, bem como os relacionados à paleontologia, e à geologia marinha; e
- Dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação.

Não obstante, o SGB-CPRM tem suas atividades aderentes à **Constituição Federal Brasileira**, conforme descrito nos artigos:

- **Art. 20. (Bens da União):** os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva; os potenciais de energia hidráulica; os recursos minerais, inclusive os do subsolo e as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos.
- **Art. 21. (Compete à União):** elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social; organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional; planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações; instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos e seu uso.
- **Art. 176. (Recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta do solo):** prevê a União como detentora das jazidas em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica, encontrados em solo nacional.
- **Emenda Constitucional nº 85, de 2015 - Art. 218:** considerando a Ciência, Tecnologia e Inovação como prioridade, concede tratamento preferencial às atividades de pesquisa científica básica e tecnológica, cumprindo o papel do Estado em promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.

POLÍTICAS PÚBLICAS

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1. POLÍTICAS PÚBLICAS EXECUTADAS PELO SGB-CPRM

2.1.1. Valor Gerado

O Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM) é uma empresa pública federal que desenvolve estudos sobre os recursos naturais do país. A missão da instituição é transformar o conhecimento técnico em ações que melhorem a vida das pessoas, promovam o desenvolvimento sustentável e ajudem na proteção do meio ambiente.

Figura 3: Missão, Visão e Valores do SGB-CPRM



Por meio desses estudos o Serviço Geológico ajuda o Brasil a:

- Saber onde há recursos minerais e orientar como pesquisá-los com responsabilidade;
- Conhecer melhor as riquezas do mar e proteger a área marítima que pertence ao nosso país;
- Conhecer o comportamento das chuvas, dos rios, dos aquíferos, promovendo seu uso de forma sustentável;
- Prevenir desastres geológicos e hidrológicos nos municípios brasileiros, apoiando as defesas civis municipais e estaduais na identificação de áreas sujeitas a deslizamentos de encostas, enchentes e secas;
- Planejar o uso do território de forma organizada, segura e ambientalmente responsável;
- Produzir mapas e informações técnicas que ajudam os governos a planejar o futuro das cidades e do campo.

Esses estudos congregam diversas áreas de atuação técnicas, alinhadas a diferentes frentes de políticas públicas de Estado.

Figura 4: Áreas de atuação do SGB-CPRM



Por meio do Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, que orienta os investimentos públicos com foco na melhoria da qualidade de vida da população, o SGB-CPRM atua, de forma individual ou em parceria com outras instituições, para garantir que as políticas públicas cheguem a quem mais precisa. O PPA 2024–2027, instituído pela Lei nº 14.802/2024, define as diretrizes, objetivos e metas para a administração pública federal. No âmbito do PPA, o SGB-CPRM contribui diretamente para os seguintes programas de governo:

- Programa 3102 – **Mineração Segura e Sustentável** tem como objetivo ampliar a participação do setor mineral na economia brasileira, com base na sustentabilidade, na governança, na segurança jurídica, na estabilidade regulatória e na inovação. A mineração é uma indústria de base estratégica, pois fornece matérias-primas essenciais para os diversos setores produtivos e impulsiona novas oportunidades econômicas. As ações do programa incluem projetos alinhados à Política Mineral do Brasil, à Política Nacional de Fertilizantes, ao Programa de Desenvolvimento Urbano, à Política Nacional de Transição Energética, bem como aos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC) e de Parcerias de Investimentos (PPI).
- Programa 6113 – **Oceanos, Zona Costeira e Antártida**, o SGB-CPRM atua para ampliar o conhecimento científico e tecnológico sobre os ambientes marinhos, contribuindo para a conservação da biodiversidade, uso sustentável dos recursos minerais do mar e a viabilização do ordenamento ecológico e econômico dos espaços costeiros e marinhos. Por meio de levantamentos geológicos, geofísicos e oceanográficos, a instituição expande o conhecimento sobre a Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB), fortalecendo a economia azul. Essa atuação é estratégica para o país, pois menos de 10% da PCJB foi mapeada em escala adequada.
- Programa 2321 – **Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre**. Este programa tem como objetivo assegurar a disponibilidade de água em padrões de qualidade e quantidade adequados aos usos múltiplos, por meio de infraestrutura adequada, de conservação, da recuperação e do uso racional dos recursos naturais, promovendo a proteção dos mananciais e revitalização de bacias hidrográficas. Nesse programa, o SGB-CPRM atua na geração de conhecimento básico e fundamental sobre o comportamento das precipitações, nível e vazão dos rios e aquíferos brasileiros, contribuindo para o dimensionamento de estruturas de aproveitamento e gestão eficiente dos recursos hídricos.
- O Programa 2318 – **Gestão de Riscos e de Desastres** tem como objetivo reduzir os riscos de desastres e ampliar a capacidade e a celeridade das respostas e reconstrução pós-desastres. A integração entre políticas públicas e a atuação coordenada de instituições, conforme estabelece a Lei nº 12.608/2012, é essencial para a redução de riscos e para uma resposta mais eficaz e tempestiva diante de eventos adversos. Nesse cenário, o SGB-CPRM atua como órgão técnico estratégico, contribuindo para o fortalecimento da gestão de riscos nos municípios por meio da produção e disponibilização de mapeamentos geológicos-geotécnicos, monitoramento e previsão de alertas hidrológicos, capacitações e dados geocientíficos que subsidiam a tomada de decisão e o planejamento territorial para salvaguarda de vidas e mitigação de danos.
- O Programa 0032 – **Gestão e Manutenção do Poder Executivo**, o SGB-CPRM é responsável por 5 ações orçamentárias, 125F – Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina, a qual objetiva a recuperação de áreas degradadas pela mineração de carvão no Sul de Santa Catarina, 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais, 2000 - Administração da Unidade, 00UU - Contribuição a Organismos Internacionais e 4641 - Publicidade de Utilidade Pública que asseguram o funcionamento institucional, o cumprimento de compromissos internacionais e a promoção do acesso da população às informações de interesse público, em consonância com os princípios da administração pública e da transparência.

2.1.2. Políticas Transversais

As ações do SGB-CPRM também contribuem com políticas públicas transversais no âmbito do Ministério de Minas e Energia, bem como de outros órgãos setoriais. Esse alinhamento abrange:

- As políticas públicas catalogadas pelo IPEA;
- Políticas catalogadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

O SGB-CPRM materializa este compromisso através de ações concretas, associadas a atividades, programas e projetos nos seguintes temas.

2.1.2.1. Promoção do Desenvolvimento do Setor Mineral Brasileiro

Em 2024, o setor mineral brasileiro teve um papel estratégico na economia, com destaque para a produção de 91 tipos de minerais, muitos essenciais para a transição energética. Minerais como ferro, cobre e metais preciosos impulsionaram as exportações, contribuindo com cerca de 47% do superávit comercial de US\$ 74,6 bilhões. A arrecadação da CFEM superou R\$ 7 bilhões, beneficiando estados e municípios. O Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM) foi essencial ao fornecer dados geocientíficos por meio de levantamentos e mapas, apoiando uma mineração mais eficiente e sustentável. O Plano Plurianual 2024-2027 prioriza a ampliação dos levantamentos geológicos, geoquímicos e aerogeofísicos e de minerais estratégicos como lítio, níquel e terras-raras, reforçando a importância do conhecimento geocientífico para atrair investimentos e gerar desenvolvimento com responsabilidade socioambiental. Os produtos e estudos desenvolvidos pelo SGB-CPRM — como mapas geológicos, levantamentos, além de relatórios de avaliação — ampliam o conhecimento sobre o território nacional. Disponibilizadas em bases públicas de dados, essas informações orientam o requerimento de áreas junto à agência reguladora e reduzem impactos ao evitar a exploração em regiões de menor potencial geológico.

- **Política Mineral do Brasil – PlanGeo – Plano Decenal de Mapeamento Geológico Básico**

Em 2024, o Ministério de Minas e Energia (MME) estabeleceu uma agenda estratégica para o fortalecimento e o desenvolvimento do setor mineral com o lançamento do PlanGeo, plano decenal que prioriza mapeamento geológico em escalas estratégicas (1:100.000 e 1:250.000) para reduzir riscos exploratórios e atrair investimentos, excluindo áreas protegidas. O SGB-CPRM é central nessa estratégia, executando os levantamentos e mapeamentos das áreas, gerando dados para decisões de investimento e políticas públicas, e coordenando a aplicação do plano em parceria com o setor privado e a academia. Em 2024, o SGB-CPRM mapeou 84.000 km² — área equivalente a aproximadamente 11 milhões de campos de futebol oficiais.

Figura 5: Plangeo 2025-2034 do SGB-CPRM



Em 2024 foi lançado o PlanGeo que é o plano do SGB-CPRM, orientado pelo MME e com participação social, para guiar a produção de dados geocientíficos.

Através do Código de Águas Minerais, as águas minerais no Brasil só podem ser exploradas após análises técnicas. Esse trabalho é realizado pelo SGB-CPRM-LAMIM — laboratório responsável por avaliar a qualidade, composição e classificação da água. Essas informações constam nos rótulos de todas as águas licenciadas no país, garantindo o consumo seguro e a gestão responsável desse recurso natural, bem mineral da União. <https://aguam mineral.sgb.gov.br>

- **Extração Sustentável - Programa Circularidade**

O SGB-CPRM desenvolve iniciativas voltadas à sustentabilidade no setor mineral, com foco em “rejeito zero” e economia circular. Neste Programa, destaca-se o Projeto Cobalto a partir da recuperação de cobalto como subproduto, contribuindo para a transição energética. A técnica, desenvolvida em parceria com empresas e instituições, busca tornar a mineração mais sustentável e competitiva. Outros projetos envolvem estudos para reduzir impactos ambientais e promover a circularidade na indústria mineral brasileira com projetos piloto no Rio Grande do Norte e Minas Gerais.

- **Plano Nacional de Fertilizantes 2022-2050**

O SGB-CPRM pesquisa remineralizadores (pó de rocha) e agrominerais (minerais de potássio e fósforo). Esses insumos, usados em grande escala na agricultura e na construção civil, são essenciais para reduzir os rejeitos e os passivos ambientais da mineração. A dependência de importação desses minerais críticos de potássio e fósforo torna sua produção local ainda mais estratégica. A demanda esperada é de 75 milhões de toneladas de pó de rocha por ano para a agricultura e de 60 a 85 mil toneladas/ano para a construção civil. Em 2024, na área de agrominerais, o SGB-CPRM produziu mapas para fosfato (Bacia do Paraná), potássio (SE-AL), e potencialidades em Goiás, Tocantins e DF, incluindo dashboards interativos.

- **Política Nacional de Transição Energética**

No âmbito da Política Nacional de Transição Energética, o SGB-CPRM tem se destacado, com foco em cobre, cobalto, elementos terras raras, níquel, lítio e grafita. Em Minas Gerais, novas áreas mapeadas em detalhe, com alto potencial de lítio impulsionaram o aumento de requerimentos minerários, e em 2024, a produção nacional estimada chegou a 10 mil toneladas, colocando o Brasil como o sexto maior produtor mundial. No caso da grafita, o SGB-CPRM mapeou, em 2020, 887 novas ocorrências distribuídas em 31 províncias geológicas de interesse, ampliando significativamente a base de dados e áreas-alvo para exploração mineral. O país detém a segunda maior reserva mundial e é o quarto maior produtor. Esses minerais são essenciais para tecnologias limpas e fortalecem a segurança energética e a autonomia tecnológica do Brasil.

Figura 6: áreas de atuação do SGB-CPRM



Estudos publicados em 2024 reforçam a relevância do cobre e da grafita no cenário brasileiro como insumos-chave para tecnologias de energia limpa.

- **Programa de Parcerias de Investimentos (PPI)**

Os projetos do PPI conduzidos pelo SGB-CPRM envolvem a oferta pública de antigos ativos minerais da CPRM, reavaliados com valor de mercado atualizado, com o objetivo de atrair investimentos para o setor mineral por meio de leilões realizados no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Governo Federal. A iniciativa busca impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, gerando empregos e fortalecendo cadeias produtivas. Em 2024, o Serviço Geológico do Brasil leiloou áreas com potencial mineral voltadas, inclusive, para o fortalecimento do agronegócio nos estados do Pará e Pernambuco/Paraíba, além de outros ativos na Bahia, Goiás e Tocantins. Mais informações estão disponíveis em: sgb.gov.br/leilao.

- **Geologia Marinha para Subsidiar a Política Nacional para os Recursos Minerais do Mar**

A participação do SGB-CPRM nessa política é fundamental para ajudar o Brasil a ampliar seus direitos sobre o território no mar. Com seus estudos geológicos, o SGB fornece as informações que permitem ao país provar que certas áreas do oceano também fazem

parte do território brasileiro e a garantia de sua soberania e da importância para a ação de grandes empresas nacionais como a PETROBRAS. Graças a esse trabalho, o Brasil conquistou o direito sobre uma enorme área chamada Elevação do Rio Grande — quase 1 milhão de km² a mais. Isso fortalece a presença do Brasil no mar e abre caminho para futuras pesquisas e uso sustentável dos recursos minerais que existem nessas regiões.

Figura 7: Navio de Pesquisa Vital de Oliveira



O Navio de Pesquisa Vital de Oliveira, em parceria com o SGB-CPRM, é uma das principais plataformas de pesquisa para mapear o fundo do mar e revelar o potencial geológico da PCJB. Crédito da foto: Ana Accioly

2.1.2.2. Planejamento e Ordenamento Territorial - Política Nacional de Ordenamento Territorial

- **Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades)**

No campo do Ordenamento Territorial, o SGB-CPRM realiza mapeamento geológico-geotécnico e estudos em municípios para subsidiar a formulação de políticas públicas relacionadas à ocupação urbana e rural, infraestrutura e aproveitamento econômico sustentável dos recursos minerais e hídricos, em atenção aos Planos Diretores Municipais, Planos Estaduais de Desenvolvimento e Plano Nacional de Ordenamento Territorial. Estes estudos abrangem as temáticas: Geologia, Meio Ambiente e Saúde; Geodiversidade aplicado ao Ordenamento Territorial e influenciam direta e indiretamente a sociedade. O SGB-CPRM também lançou o Programa Cartas Geomorfológicas Municipais, que contribuirá com o ordenamento territorial e a gestão ambiental em nível local. No campo da Geodiversidade, em 2024, o SGB-CPRM entregou dois mapas com informações sobre as adequabilidades e restrições de uso e ocupação do meio físico das regiões dos Cânions do Sul (RS) e do geoparque do Seridó (RN), beneficiando 15 municípios. Também foram entregues dois estudos voltados para o fomento ao geoturismo nas regiões da Serra do Cipó e dos Cânions do Sul. Estes estudos beneficiaram 33 municípios com informações que auxiliam no desenvolvimento da atividade de exploração do geoturismo.

Figura 8: Levantamento de campo para fomento ao geoturismo - Ilha de Fernando de Noronha - PE.



- **Política Nacional de Resíduos Sólidos - Política Nacional de Saneamento Básico**

Diante das dificuldades para implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o SGB-CPRM vem atuando, ao longo das duas últimas décadas, atendendo às demandas das prefeituras municipais, na seleção de áreas adequadas para a instalação de aterros sanitários municipais, em consonância com a Norma NBR 13.896, estabelecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a qual constitui critérios técnicos, econômico-financeiros e político-sociais com o objetivo de impactar minimamente as áreas destinadas para tal fim. No ano de 2024 foram entregues estudos de avaliação técnica para a implantação de aterros sanitários, para as sedes dos municípios de Monte Alegre e Óbidos no estado do Pará; e para o município de Borba, no estado do Amazonas. No âmbito da geologia, meio ambiente e saúde, o SGB-CPRM entregou em 2024 o estudo sobre a geoquímica do estado de Sergipe, com a disponibilização de dados e informações sobre a qualidade das águas, solos e sedimentos, beneficiando 75 municípios.

2.1.2.3. Prevenção e Mitigação de Desastres

- **Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) e Política Nacional Sobre Mudança do Clima**

O SGB-CPRM desenvolve ações voltadas à prevenção de desastres, no contexto do programa de Gestão de Riscos e Desastres com estudos e pesquisas alinhados às diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC). As ações seguem duas linhas gerais:

- a) mapeamento de encostas e drenagens; e
- b) estudos, previsão e alerta de cheias e secas.

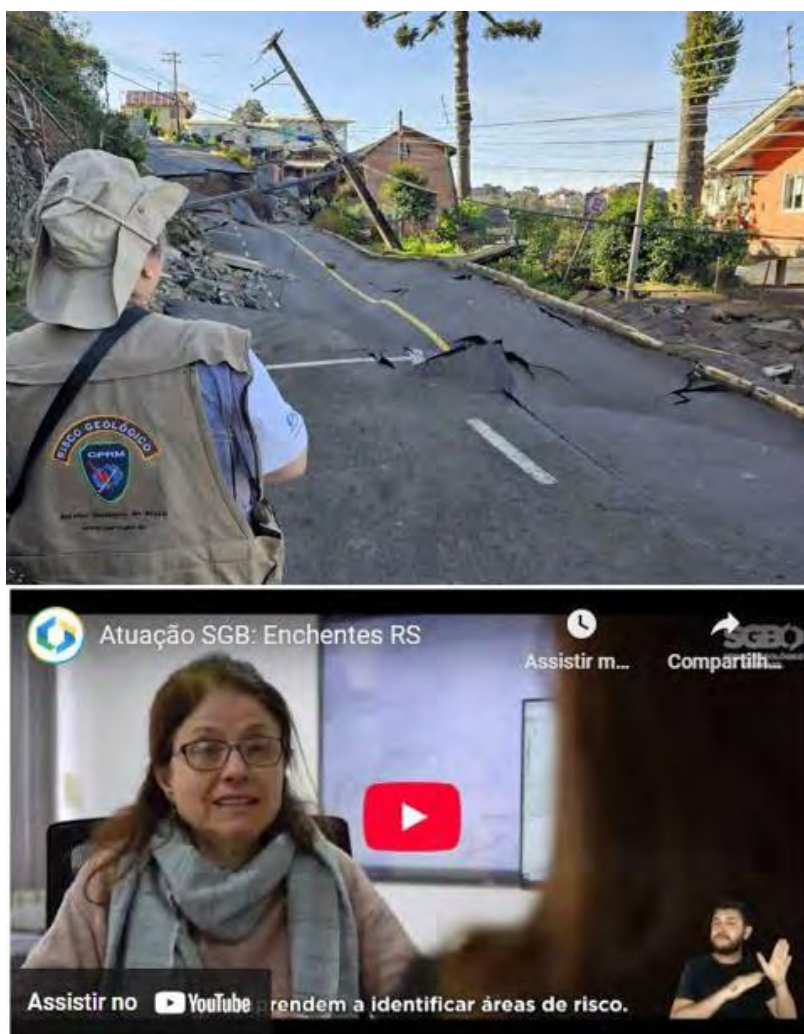
Essas ações permitem identificar áreas vulneráveis a desastres no território nacional, fornecendo dados e informações fundamentais ao enfrentamento e preparação para desastres.

Com forte enfoque social e econômico, estas ações visam prevenir desastres naturais, através da emissão de alertas que contribuem para mitigar os efeitos de inundações, cheias

e secas, além de identificar e monitorizar zonas de risco geológico, como deslizamentos e inundações. As iniciativas seguem diretrizes do Plano Nacional de Recursos Hídricos, dos Planos Diretores de Bacias Hidrográficas, do Zoneamento Ecológico-Econômico e do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais. Destaca-se a parceria com as Defesas Cíveis na identificação de áreas de alto e muito alto risco, subsidiando a tomada de decisão por parte de gestores municipais, estaduais e federais. Os estudos também permitem quantificar os custos evitados com mobilizações desnecessárias e prejuízos decorrentes de inundações, demonstrando a relação entre o investimento no sistema de alerta e os benefícios gerados.

Em 2024, 147 municípios foram beneficiados por estudos geológico-geotécnicos com mapeamento de encostas e drenagens, com a identificação de áreas críticas e 4 municípios foram beneficiados com o mapeamento de áreas inundáveis - manchas de inundação. Além disso, 84 municípios foram beneficiados pelas ações de monitoramento, previsão e alerta de eventos hidrológicos extremos.

Figura 9: atuação do SGB-CPRM na situação emergencial do Rio Grande do Sul.



Em 2024, o SGB-CPRM teve uma atuação relevante no Rio Grande do Sul, com foco no mapeamento de áreas de risco e monitoramento e alerta hidrológico. A instituição forneceu informações e dados essenciais para apoiar na gestão de crise e a resposta aos eventos naturais ocorridos, como inundações e deslizamentos de terra.

Neste ano o SGB-CPRM destacou-se também na previsão e acompanhamento da maior seca registrada na bacia do rio Amazonas em cem anos de monitoramento, que

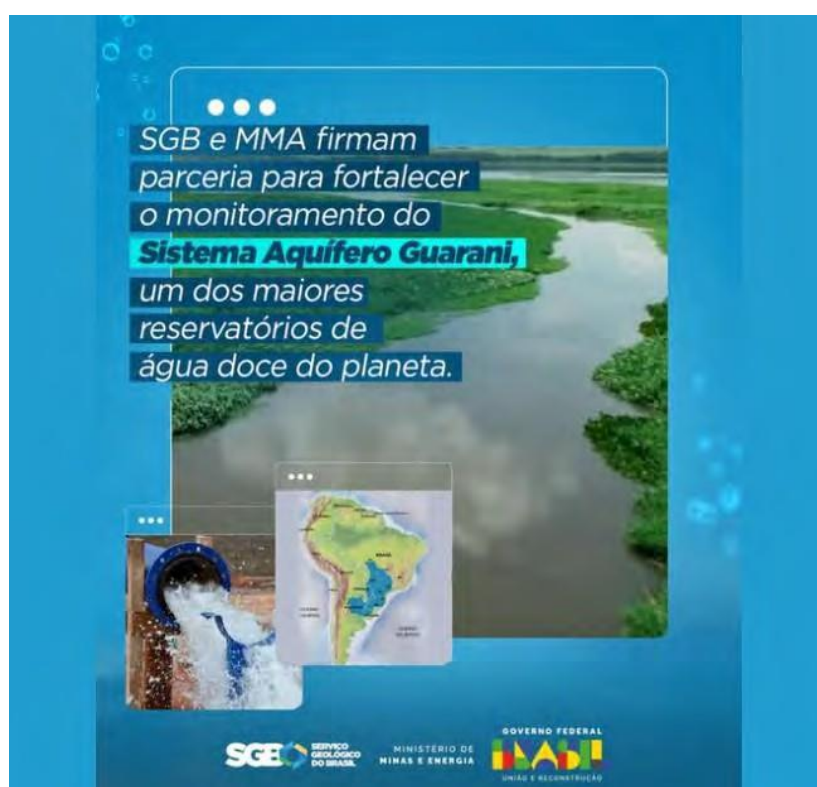
prejudicou muito a navegação e consequentemente o abastecimento das populações e impactando a economia regional.

2.1.2.4. Segurança Hídrica, de Vidas e Materiais

- **Política Nacional de Recursos Hídricos**

No contexto da Política Nacional de Recursos Hídricos, o Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM) realiza ações estratégicas para avaliação da disponibilidade hídrica superficial e subterrânea, com destaque para a operação da Rede Hidrológica Nacional (RHN), em parceria com a ANA, incluindo medições de precipitação, níveis e vazões dos rios, e o monitoramento de poços por meio da Rede Integrada de Monitoramento de Águas Subterrâneas (RIMAS); a manutenção do Sistema de Informação de Águas Subterrâneas (SIAGAS), o repositório nacional de dados sobre poços; e a elaboração de levantamentos hidrogeológicos e os estudos integrados voltados à gestão e ampliação da oferta hídrica. Complementam essas ações os estudos de hidrologia desenvolvidos em projetos conjuntos com a ANA e IGAM/MG, além de pesquisas nas áreas de hidrologia isotópica e de solos, bacias hidrográficas representativas de biomas brasileiros e sensoriamento remoto aplicado a hidrologia, fortalecendo a base técnica e científica para a gestão sustentável dos recursos hídricos do país.

Figura 10: Programas de Parcerias para fortalecer o monitoramento dos recursos hídricos



No monitoramento das precipitações e dos níveis dos rios por meio da Rede Hidrológica Nacional (RHN), são fornecidos dados que ajudam a entender e antecipar secas e cheias. Essas informações, muitas vezes divulgadas na TV e em alertas oficiais, são fundamentais para a gestão dos recursos hídricos, a prevenção de desastres e o apoio à tomada de decisão por órgãos públicos e pela população em situações de eventos extremos.

2.1.2.5. Recuperação de Áreas Degradadas

- **Política Nacional de Meio Ambiente**

No contexto da Política Nacional de Meio Ambiente, desde 2013 o SGB-CPRM realiza importantes ações de recuperação e monitoramento de áreas impactadas por passivos ambientais decorrentes da mineração de carvão no estado de Santa Catarina. As atividades de recuperação desenvolvidas pelo SGB-CPRM envolvem intervenções no meio físico, com o objetivo de mitigar os impactos ambientais e restabelecer a integridade das microbacias afetadas. As técnicas empregadas variam conforme o tipo de exploração realizada na região, seja a céu aberto ou subterrânea. O monitoramento visa assegurar a efetividade das medidas adotadas nas etapas de recuperação, por meio do controle da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, da avaliação do solo construído, do acompanhamento da vegetação e da fauna, além da promoção de ações de educação ambiental.

Figura 11: Trabalhos de monitoramento dos Recursos Hídricos da Bacia Carbonífera



Em 2024, o SGB-CPRM monitorou os recursos hídricos, superficiais e subterrâneos em três bacias hidrográficas no estado de Santa Catarina, bacias dos rios Tubarão, Urussanga e Araranguá, em 143 pontos de monitoramento. Além disso, foram monitorados os recursos hídricos de 28 bocas de minas.

2.1.2.6. Pesquisa, desenvolvimento e Inovação (PD&I)

- **Política Nacional de Inovação no SGB**

Desde 2018, o SGB-CPRM é formalmente reconhecido como ICT e conta com um Núcleo de Inovação Tecnológica, cuja Política de Inovação foi revisada em 2022. Para estimular novas pesquisas, instituiu o Comitê Gestor de PD&I. Em 2024, consolidou parcerias com o setor produtivo e conduziu projetos em energia alternativa, recursos hídricos, transição energética, óleo e gás, estocagem de carbono, prospecção mineral e investigação de recursos marinhos. Nesse contexto, os projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação desenvolvidos pelo SGB-CPRM, no âmbito do Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CEDES), estão diretamente alinhados às diretrizes nacionais de transição energética e descarbonização da economia. Essas iniciativas integram a política pública de hidrogênio de baixa emissão de carbono e contribuem para o Programa Nacional do Hidrogênio, com foco em bases geocientíficas para a produção sustentável. Além disso, as linhas de projeto voltadas à mineração para energia limpa fortalecem a segurança e a soberania energética do país, ao mesmo tempo em que promovem o uso responsável de recursos minerais estratégicos para tecnologias verdes.

- **Geotecnologias, integração e disponibilização de dados geocientíficos - fomentar a transformação de conhecimento em produtos da Política Nacional de Inovação**

O SGB-CPRM impulsiona a Política Nacional de Inovação no setor mineral por meio de plataformas como GeoSGB, P3M e BaseGEO, que integram dados geocientíficos em tempo real e modernizam a gestão pública de dados geocientíficos. Ao articular-se com programas como PLANGEO, PRONASOLOS e REATE, a instituição converte conhecimento técnico em inovação.

2.1.2.7. Mediação Geocientífica

- **Política Nacional de Educação**

No contexto da Política Nacional de Educação, o SGB-CPRM desenvolve ações voltadas à popularização das geociências e ao fortalecimento da formação educacional, por meio do programa institucional SGBeduca e do Museu de Ciências da Terra (MCTer). As atividades promovidas estão alinhadas ao Programa Escola e Comunidade (PROEC), integrando escola, família e comunidade e contribuindo para a cidadania e a melhoria da educação pública. Entre as ações destacam-se: oficinas educativas, exposições e palestras para alunos do ensino básico; o programa “Museu em Movimento”, que leva conteúdos geocientíficos a escolas e comunidades; e cursos de atualização em geociências para professores, com ênfase em sustentabilidade e na Agenda 2030. Essas iniciativas também se alinham à Política de Educação para o Consumo Sustentável e ao programa Mais Professores para o Brasil. Além disso, o Programa Residência SGB-CPRM oferece formação técnica a recém-graduados em Ciências da Terra, promovendo a inserção qualificada no mercado de trabalho e atendendo às diretrizes do Plano Nacional de Educação 2024–2034, com foco na formação profissional alinhada às demandas da sociedade.

Figura 12: A escultura da preguiça-gigante, inaugurada em 2024 pelo SGB-CPRM estimula os estudos em geociências



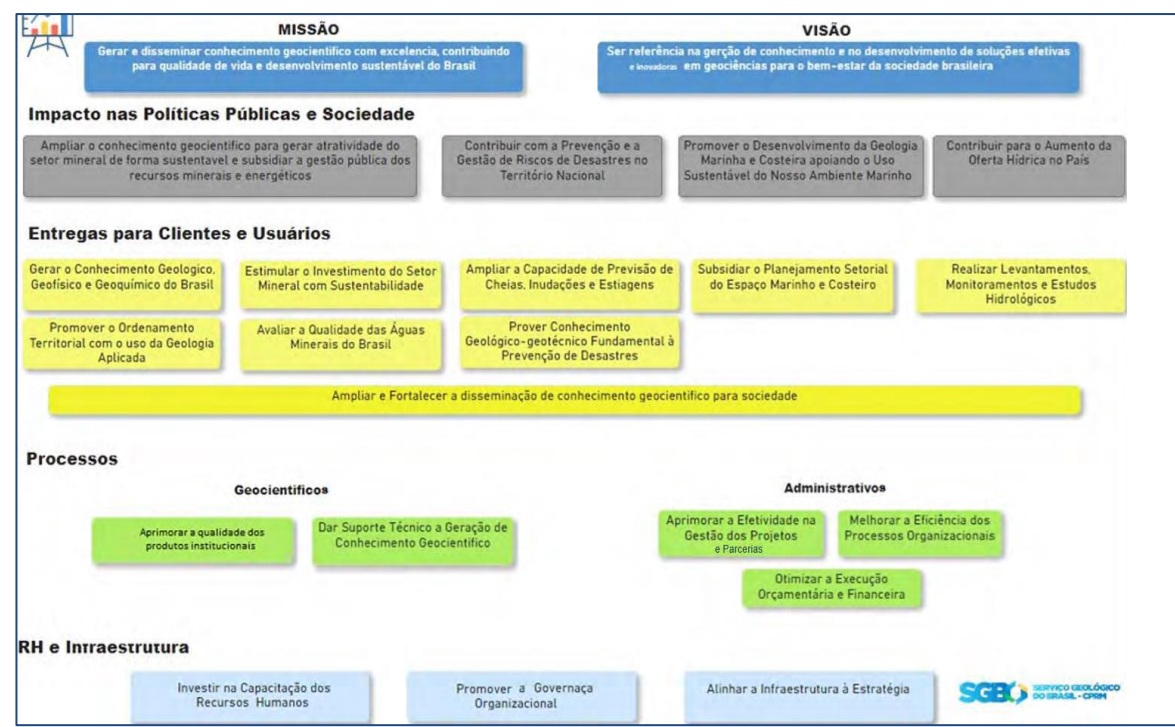
(A) Alunos do ensino fundamental I participam de atividade de geociências na Residência de Porto Velho. A escultura da preguiça-gigante, inaugurada em 2024, estimula a curiosidade sobre geociências, extinção e mudanças climáticas. Crédito: Maiza Moreira Ribeiro. (B) Curso de atualização em geociências com foco em sustentabilidade para professores da rede pública de Curitiba, realizado em 2024. (C) Residentes e preceptores do SGB-CPRM com o diretor de Geociências da UFRRJ durante o Congresso Brasileiro de Geologia 2024. Crédito: Patricia Jacques.

2.2. METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.1. Planejamento Estratégico

O SGB-CPRM revisou seu Planejamento Estratégico 2024–2028, alinhando-o à Lei nº 13.303/2016 e reafirmando seu compromisso com a geração de conhecimento geocientífico e a entrega de soluções voltadas ao bem-estar da sociedade. O plano define metas estratégicas nas áreas de mapeamento geológico, pesquisa mineral, geologia marinha, segurança hídrica, prevenção de desastres, inovação em Geociências e fortalecimento institucional. Essas metas estão organizadas segundo as quatro perspectivas do Balanced Scorecard: Valor Público; Clientes e Usuários; Processos Internos; Recursos Humanos e Infraestrutura. As ações planejadas estão articuladas ao Plano Plurianual (PPA) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo detalhadas e monitoradas trimestralmente por meio de indicadores que se baseiam no seu plano anual de negócios, o Plano Anual de Trabalho (PAT). Os indicadores e metas estão disponíveis no site institucional, promovendo transparência e controle social. A missão, visão e valores do SGB-CPRM orientam o Mapa Estratégico, que conecta os objetivos institucionais às políticas públicas e à geração de valor para a sociedade.

Figura 13: Mapa Estratégico do SGB-CPRM com objetivos estratégicos por perspectiva para o ano 2024



2.2.2. O Plano Plurianual e as Ações Orçamentárias

O **Plano Plurianual (PPA) 2024–2027**, instituído pela **Lei nº 14.802/2024**, orienta o planejamento de médio prazo do governo federal, organizando políticas públicas, programas e ações. No âmbito do PPA, as entregas do **SGB-CPRM** são viabilizadas por meio de **15 ações orçamentárias discricionárias**, detalhadas na **Lei Orçamentária Anual (LOA)**. Vinculadas aos programas de governo e organizadas por ministério, essas ações alinham os objetivos institucionais às prioridades públicas, assegurando a geração de valor para a sociedade, conforme apresentado no quadro a seguir.

Tabela 1: Programas de Governo do PPA e Ações Orçamentárias na LOA 2024

Ministério	Programa de Governo	Ações Orçamentárias Discricionárias
Minas e Energia - MME	3102 – Mineração Segura e Sustentável	213Y – Mapeamento Geológico do Brasil
		2399 – Avaliação dos Recursos Minerais no Brasil
		21BB – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Geociências e Setor Mineral
		212H – Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637/1998)
		2B53 – Produção Laboratorial de Análises Minerais – Rede LAMIN
		2B51 – Gestão e Disseminação da Informação Geológica
Defesa - MD	6113 – Oceanos, Zona Costeira e Antártica	2D62 – Levantamentos Geológicos-Ambientais Aplicados ao Ordenamento Territorial
Integração e do Desenvolvimento Regional - MIIDR	2321 – Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	20LC – Geologia do Espaço Marinho e Costeiro
		2397 – Levantamentos Hidrogeológicos, Estudos Integrados em Recursos Hídricos para Gestão e Ampliação da Oferta Hídrica
		2221 – Implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos
		2378 – Operação da Rede Hidrometeorológica

	2318 – Gestão de Riscos e de Desastres	20LA – Mapeamentos voltados para a prevenção de desastres 20L9 – Levantamentos, Estudos, Previsão e Alerta de Eventos Hidrológicos Críticos
Minas e Energia - MME	0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	125F – Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina 4641 – Publicidade de Utilidade Pública 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processos de Qualificação e Requalificação 2000 – Administração da Unidade 20TP – Ativos Cíveis da União 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes 212B – Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes
		0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
		0022 – Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais
		0910 – Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais
		00UU – Contribuições a Organismos Internacionais

2.3. PRINCIPAIS RESULTADOS

Os indicadores de desempenho definidos no Planejamento Estratégico Institucional (PEI) são representados no Mapa Estratégico do SGB-CPRM. A visualização em cores facilita a leitura dos percentuais de metas alcançadas com base na execução frente ao planejamento, permitindo o monitoramento dos avanços ao longo do exercício.

Figura 14: Mapa Estratégico com o desempenho do exercício 2024.



2.3.1. Entregas para o Alcance dos Objetivos dos Programas do PPA 2024–2027

As entregas estratégicas do SGB-CPRM reforçam seu papel técnico no apoio às agendas prioritárias do PPA 2024–2027 e do Novo PAC, especialmente nas áreas de:

- **Mineração Segura e Sustentável**, com ações voltadas ao aproveitamento responsável dos recursos minerais;
- **Oceanos, Zona Costeira e Antártida**, por meio de estudos geocientíficos e monitoramento ambiental;
- **Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para Sempre**, com levantamentos hidrogeológicos e sistemas de alerta; e
- **Gestão de Riscos e de Desastres**, com mapeamento e monitoramento de áreas vulneráveis. Essas entregas fortalecem a atuação do Estado nas frentes de sustentabilidade, segurança e resiliência ambiental.

A seguir, estão descritas as entregas dos objetivos específicos dos programas do PPA executadas pelo SGB-CPRM, acompanhadas de um quadro com a distribuição do número de projetos por unidades regionais nas cinco regiões do país, organizados por linhas temáticas vinculadas às políticas públicas.

2.3.1.1. Política Pública: Mineração Segura e Sustentável (Código 3102)

Objetivo 1: Criar um ambiente orientado para a atração de investimentos em pesquisa, produção e transformação mineral

- Levantamentos geológicos: a meta até 2027 é mapear 303 mil km² do território; em 2024, foram mapeados 84 mil km².
- Mapas de integração geológica: planeja-se entregar 4 mapas até 2027; em 2024, 2 mapas foram produzidos.
- Levantamentos aerogeofísicos: a meta é cobrir 235 mil km², mas não houve execução física em 2024.
- Levantamentos geoquímicos: a meta é 306 mil km², foram cobertos 66 mil km² em 2024.
- Avaliação de províncias e distritos minerais: de 18 áreas previstas, 15 já foram avaliadas.
- Avaliação de minerais e rochas industriais: foram planejadas 8 áreas, das quais 3 foram avaliadas em 2024.
- Análises laboratoriais: a meta é realizar 560 mil análises, com 142 mil já concluídas em 2024.
- Áreas com potencial geoeconômico avaliadas quanto a seus recursos minerais: a meta é avaliar 6 áreas, e foram avaliadas 3 áreas em 2024.
- Ativos minerais reavaliados, valorados e licitados: foram planejadas 8 áreas reavaliadas + valoradas para o ciclo de ativos minerais e entregues 02 áreas reavaliadas em 2024.
- Acervo geológico disponível: dos 1,4 milhão de itens previstos, mais de 1,3 milhão já estão acessíveis.

Objetivo 2: Ampliar reservas de minerais estratégicos para a transição energética

- Minerais nucleares: 3 áreas previstas, com 2 já avaliadas.
- Minerais estratégicos para energia limpa: 20 áreas previstas, 11 já avaliadas.

Objetivo 3: Ampliar o suprimento de insumos minerais estratégicos para a segurança alimentar

- Fertilizantes e remineralizadores de solo: De 8 áreas previstas, 4 já foram avaliadas.

Objetivo 4: Melhorar a qualidade de vida em municípios mineradores

- Levantamentos geológico-ambientais com foco no uso sustentável do território: De 197 levantamentos previstos, 67 foram realizados até 2024.

2.3.1.2. Política Pública: Recursos Hídricos - Água em Quantidade e Qualidade para Sempre (Código 2321)

Objetivo: Aprimorar os usos múltiplos da água e os serviços hídricos, observando a eficiência e a sustentabilidade, ampliando o conhecimento sobre recursos hídricos, minimizando os riscos e ocorrências de conflitos.

- Municípios com poços monitorados (RIMAS): A meta é alcançar 280 municípios, com 265 já atendidos.
- Cadastro de poços no sistema SIAGAS: 54 mil poços novos previstos, 12.693 já cadastrados.
- Estudos sobre disponibilidade hídrica: De 18 estudos, 6 já foram realizados.
- Certificados emitidos: de 53 previstos, 18 já foram emitidos.

2.3.1.3. Política Pública: Gestão de Riscos e de Desastres (Código 2318)

Objetivo: Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

- Mapeamentos voltados para prevenção de desastres: 484 previstos, 144 entregues.
- Municípios com sistema de alerta precoce: 200 previstos, 82 já beneficiados.
- Mapas de áreas de inundações: De 12 previstos, 4 foram realizados.
- Publicações técnicas hidrológicas e hidráulicas: 110 previstas, 33 já publicadas
- Publicações científicas sobre estudos hidrológicos: Das 12 planejadas, 3 foram publicadas.

2.3.1.4. Política Pública: Oceano, Zona Costeira e Antártida (Código 6113)

Objetivo 1: Fortalecer a soberania e a sustentabilidade nos espaços marinhos e costeiros

- Levantamentos em áreas prioritárias na Amazônia Azul: De 12 áreas, 3 foram pesquisadas em 2024.
- Estudos sobre potencial mineral da Amazônia Azul: Das 12 previstas, 3 áreas foram avaliadas em 2024.

Objetivo 2: Ordenar o uso dos recursos do mar com segurança jurídica e sustentabilidade

- Área da Plataforma Continental Jurídica Brasileira mapeada: Meta de 4.000 km², com 1.673 km² já levantados em 2024.
- Mapeamento em alta resolução da plataforma rasa: Meta de 40 mil km², sem entregas realizadas em 2024, a meta é a partir de 2025.

Tabela 2: Distribuição de Projetos e Linhas de Atuação do SGB-CPRM nos Programas do PPA 2024–2027

Programa de Governo de atuação direta do SGB-CPRM no PPA 2024 - 2027	Nº de projetos executados em 2024	Nº Linhas temáticas de atuação nas geociências	Nº de Unidades Regionais Operacionais executoras
Mineração Segura e Sustentável	130	22	13
Oceano, Zona Costeira e Antártica	5	3	5
Gestão de Riscos de Desastres	30	9	13
Água em Qualidade e Quantidade para Sempre	33	11	13

2.3.2. O SGB-CPRM no Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC)

O Serviço Geológico do Brasil – SGB-CPRM atua no Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), contribuindo para dois eixos estratégicos: Transição e Segurança Energética, e Cidades Sustentáveis e Resilientes.

No eixo Transição e Segurança Energética – Subeixo Pesquisa Mineral, o SGB-CPRM entregou em 2024 mapas geológicos e levantamentos geoquímicos e diversos estudos para orientar a prospecção de minerais estratégicos (grafita, urânio, cobre, metais básicos e potássio), além de pesquisas sobre fosforitas marinhas e minerais industriais. No eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes – Subeixo Prevenção a Desastres, foram entregues resultados em quatro frentes de trabalho — cartografia de riscos, alertas hidrológicos, mapeamento de inundações e atlas pluviométrico — para apoiar mais de 200 municípios na prevenção de desastres.

Com vistas a evidenciar o alinhamento dos objetivos institucionais com as prioridades nacionais, o quadro a seguir estabelece a correlação entre os objetivos estratégicos do SGB-CPRM, os programas do PPA 2024–2027 nos quais a instituição atua diretamente, e as diretrizes do Novo PAC. Esta articulação reforça o papel do SGB-CPRM como órgão técnico de Estado que contribui com evidências e entregas para a formulação e execução de políticas públicas estruturantes.

Tabela 3: Correlação objetivos SGB-CPRM, PPA 2024–2027 e o Novo PAC

Objetivo Estratégico do SGB-CPRM	Programa do PPA 2024-2027	Atuação no Novo PAC
Ampliar o Conhecimento Geocientífico do Território Nacional	Mineração Segura e Sustentável	Transição e Segurança Energética
Promover o Desenvolvimento e uso sustentável dos recursos minerais do mar	Oceano, Zona Costeira e Antártica	Transição energética
Apoiar a prevenção e mitigação de riscos geológicos e hidrológicos	Gestão de Riscos de Desastre	Cidades Sustentáveis e Resilientes

2.4. RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.4.1. Descrição dos Indicadores de Políticas Públicas

A execução das políticas públicas pelo SGB-CPRM é viabilizada por meio de recursos orçamentários da União, integrados ao Orçamento Geral da União (OGU) e definidos de acordo com as diretrizes da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e os limites financeiros estabelecidos na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em 2024, as ações orçamentárias executadas pelo SGB-CPRM refletiram a amplitude

e a relevância de sua atuação técnica, abrangendo áreas como geologia, recursos hídricos, inovação e prevenção de desastres. Os principais destaques são:

- **Mapeamento Geológico do Brasil (213Y)**, com foco na expansão do conhecimento geológico do território nacional, através dos levantamentos geológicos, geoquímicos e geofísicos para cartografia do território brasileiro.
- **Avaliação dos recursos minerais do Brasil (2399)**, com identificação de áreas de potencial para minerais estratégicos para transição energética, segurança alimentar, nucleares, industriais e estudos de Províncias e economia mineral.
- **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Geociências (21BB)**, com publicações científicas que ampliam a base conceitual, metodológica e tecnológica para o desenvolvimento sustentável do setor mineral.
- **Gestão e disseminação da informação geológica (2B51)**, com foco na organização, preservação e disponibilização dos dados físicos e digitais por meio de repositórios e plataformas digitais.
- **Produção laboratorial de análises minerais (2B53)**, com fortalecimento da Rede LAMIN e suporte analítico a projetos institucionais e de terceiros, visando à ampliação da qualidade e escopo técnico dos laboratórios.
- **Levantamentos hidrogeológicos e estudos em recursos hídricos (2397)**, com redes de monitoramento, perfuração e revitalização de poços, avaliação de aquíferos e ampliação da oferta hídrica.
- **Previsão e alerta de eventos hidrológicos críticos (20L9)**, com implantação de sistemas de alerta, uso de modelagem avançada e difusão de informações para órgãos de proteção civil e usuários.
- **Mapeamentos geológico-geotécnicos para prevenção de desastres (20LA)**, com identificação de áreas de risco, produção de cartas geotécnicas, capacitação e suporte ao planejamento urbano.
- **Levantamentos geológico-ambientais para ordenamento territorial (2D62)**, com mapas dos grandes geossistemas e análises das potencialidades e restrições para diferentes usos do solo.
- **Recuperação ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina (125F)**, com diagnóstico e elaboração de PRADs em áreas degradadas pela mineração de carvão, conforme determinação judicial.
- **Geologia do Espaço Marinho e Costeiro (20LC)**, com foco em levantamentos geológicos, geofísicos e oceanográficos para avaliação dos recursos minerais do mar.

Esses investimentos demonstram o compromisso do SGB-CPRM com a transformação do conhecimento geocientífico em valor público, apoiando a formulação de políticas públicas estruturantes e sustentáveis para o Brasil.

2.4.2. Gestão Orçamentária e Financeira

A Gestão Orçamentária e Financeira do Serviço Geológico do Brasil – SGB-CPRM, em 2024, apresentou desafios significativos frente à redução nas despesas discricionárias e ao aumento do volume de restos a pagar. Apesar do novo ciclo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ter ampliado as responsabilidades da empresa, o cenário orçamentário

revelou-se mais restritivo.

Enquanto em 2023 houve uma recuperação com R\$ 181 milhões em despesas discricionárias, em 2024 observou-se uma redução desse montante, refletindo os ajustes fiscais e limitações impostas no novo exercício. Ao contrário do esperado, os restos a pagar não processados cresceram, passando de 17% em 2023 para 19% em 2024, indicando pressão sobre a execução financeira e a necessidade de revisão de planejamento e priorização de despesas.

A estrutura interna manteve os avanços no monitoramento e execução orçamentária, mas enfrentou limitações impostas pela menor disponibilidade de recursos discricionários. O foco da gestão permanece em buscar eficiência, embora os indicadores apontem para um cenário de maior rigidez fiscal, demandando atenção especial para a sustentabilidade financeira em médio prazo.

Gráfico 1: Orçamento SGB-CPRM 2015 a 2024

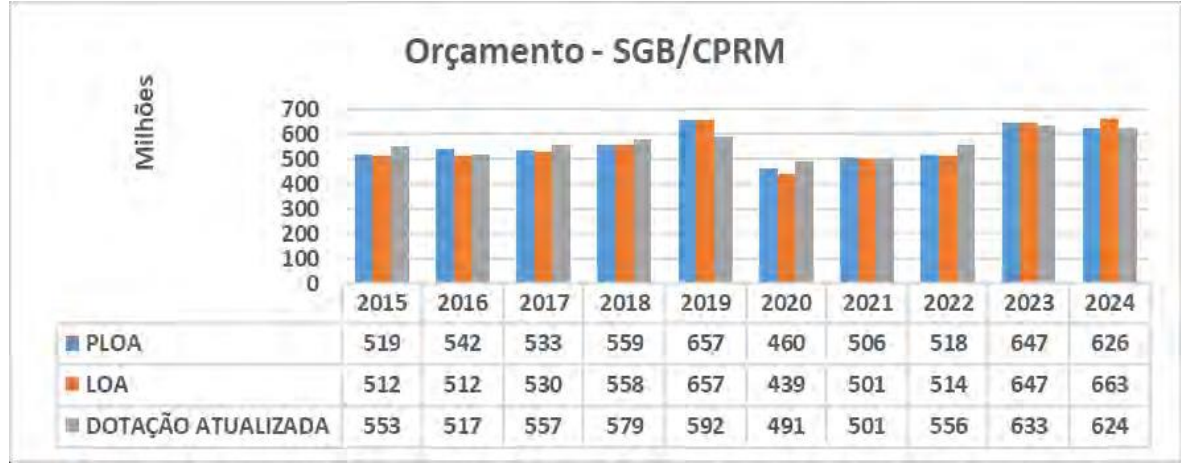


Gráfico 2: Execução Orçamentária SGB-CPRM 2015 a 2024



2.4.3. Gestão de Custos

A Gestão de Custos do SGB-CPRM continua evoluindo como um instrumento central para a transparência e o controle interno. Em 2024, além da tradicional vinculação aos centros de custos, houve avanços no uso do Sistema de Informações de Custos (SIC) como ferramenta analítica para avaliação da economicidade das ações e projetos.

Esse aprimoramento foi essencial para a execução dos projetos vinculados ao novo PAC, cuja natureza estratégica exigiu detalhamento minucioso dos custos e constante reavaliação de prioridades. O SGB se manteve como referência nacional na aplicação do SIC, sendo pioneiro entre as entidades da administração indireta.

2.4.4. Fontes e recursos orçamentários

Em 2024, o SGB-CPRM contou com recursos orçamentários totais inferiores ao exercício anterior, refletindo um cenário fiscal mais restritivo. Diferentemente do ano de 2023, que contou com R\$ 633 milhões em autorizações orçamentárias, 2024 apresentou uma queda nas despesas discricionárias, o que impactou diretamente a execução de projetos estratégicos e ações administrativas da companhia. Os valores discricionários, que em 2023 foram de R\$ 181 milhões, sofreram redução expressiva em 2024, dificultando o andamento de iniciativas estruturantes, mesmo com o impulso de novos projetos vinculados ao PAC. As despesas obrigatórias continuaram representando a maior parte do orçamento, limitando a flexibilidade da gestão para novos investimentos.

Apesar das restrições, o SGB-CPRM manteve esforços para otimizar a execução, atingindo uma taxa de liquidação razoável frente aos limites operacionais. A empresa também reforçou suas articulações institucionais para captar recursos adicionais e garantir a continuidade de ações estratégicas, embora a execução de emendas tenha se mantido próxima dos patamares do exercício anterior, refletindo a dificuldade de expansão orçamentária em um ambiente de contenção fiscal.

Gráfico 3: Orçamento x Execução Orçamentária Obrigatórias SGB-CPRM 2015 a 2024

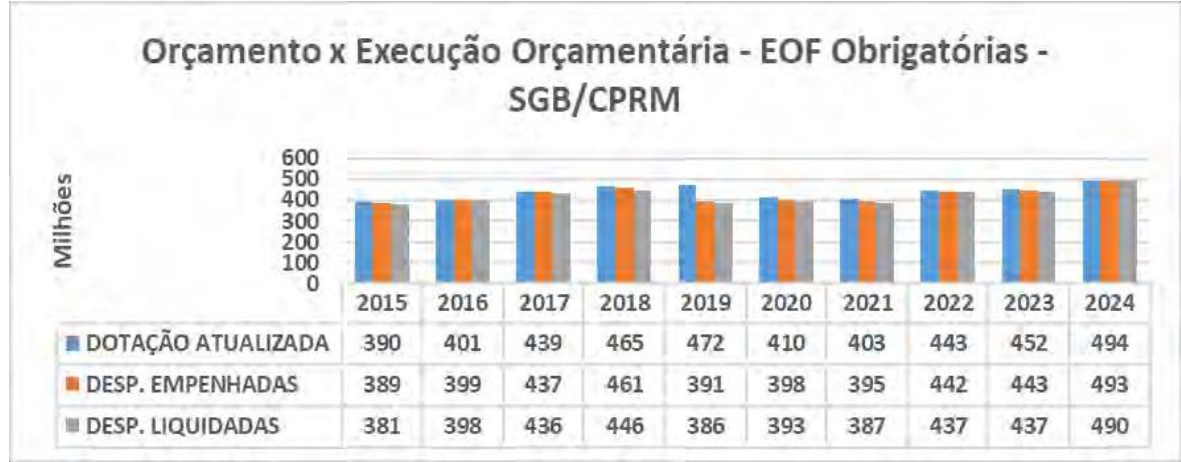


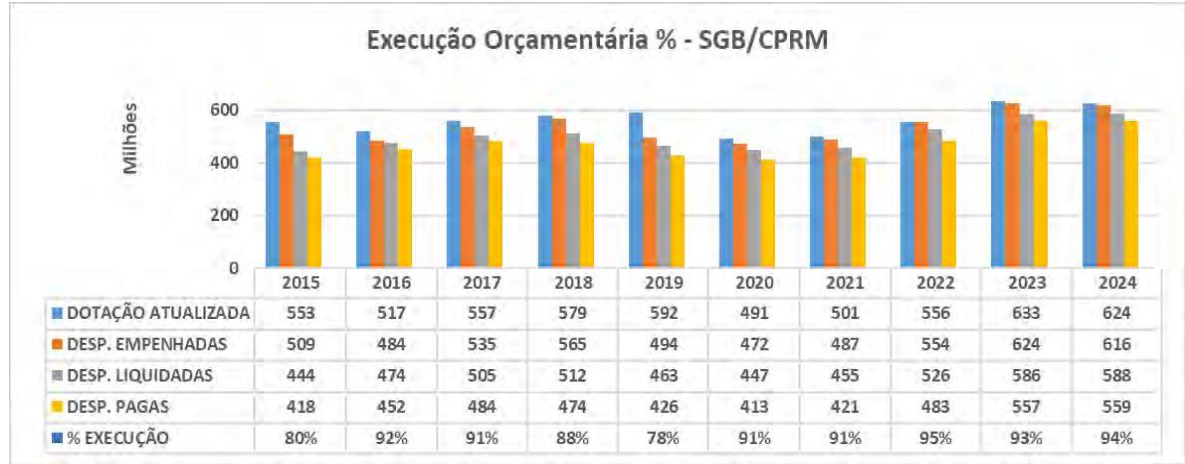
Gráfico 4: Orçamento x Execução Orçamentária Discricionária SGB-CPRM 2015 a 2024



Gráfico 5: Orçamento x Execução Orçamentária PAC SGB-CPRM 2015 a 2024



Gráfico 6: Execução Orçamentária em percentual SGB-CPRM 2015 a 2024



Cabe destacar que, em 2024, o SGB-CPRM contou com um orçamento total de R\$ 624 milhões, dos quais R\$ 494 milhões foram destinados às despesas obrigatórias (Sentenças Judiciais, Folha de Pagamento e Despesas com Benefícios) e R\$ 130 milhões corresponderam às despesas discricionárias (R\$ 62 milhões RP2 e R\$ 68 milhões RP3). Esses recursos permitiram a manutenção das 13 (treze) Unidades Gestoras e o desenvolvimento de projetos estratégicos finalísticos. Com relação aos recursos da Lei Orçamentária Anual – LOA/2024, a taxa de execução foi de 94%, esse desempenho contribuiu para manter o percentual do montante inscrito em Restos a Pagar para o exercício de 2025.

2.4.5. Informações Financeiras

O SGB-CPRM também recebeu R\$ 52 milhões relativos a Destaques Orçamentários (repasso orçamentário de outros órgãos da União), tendo como principal relevância o da Agência Nacional de Águas (ANA) do Ministério da Integração Nacional e do Desenvolvimento Regional (MDR), que representa 81% do total recebido.

É importante salientar que, do montante disponível, o Tesouro Nacional tem uma participação significativa, demonstrando que o SGB-CPRM desenvolve uma atividade típica de Estado, o que revela a sua importância para os setores mineral e hídrico brasileiros, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Em 2024, o volume de restos a pagar não processados apresentou pequeno aumento em relação a 2023. Esse crescimento reflete as dificuldades enfrentadas na execução orçamentária, especialmente no tocante às despesas discricionárias do PAC, que sofreram cortes significativos nos limites financeiros. A elevação dos restos a pagar representa um alerta para a necessidade de maior rigor na programação financeira e reforço na articulação institucional, a fim de evitar a ampliação de passivos orçamentários nos exercícios seguintes.

Gráfico 7: Destaques Recebidos e Concedidos SGB-CPRM 2015 a 2024



Gráfico 8: Orçamento x Restos a Pagar SGB-CPRM 2015 a 2024



2.4.6. Resultados econômicos-financeiros da operacionalização das políticas públicas

O SGB-CPRM utiliza indicadores organizados por Programa e Ação Orçamentária do PPA para medir sua efetividade, relacionando cada indicador aos valores alocados na LOA e aos resultados entregues. Todos os dados são extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento Federal (SIOP).

Tabela 4: Financeiro por programa e ação (R\$ 1,00)

Políticas Públicas		Recursos a serem empregados	Recursos empregados	Indicador de métrica do resultado	Resultado
Programa	Ação Orçamentária	LOA 2024	LOA 2024 Liquidado		
0032 - Gestão e Manutenção do Poder Executivo	125F - Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina	3.209.927	2.782.664	Área recuperada - unidade	17
2318 - Gestão de Riscos e de Desastres	20L9 - Levantamentos, Estudos, Previsão e Alerta de Eventos Hidrológicos Críticos	3.521.785	1.934.799	Sistema disponibilizado - unidade	17

2318 - Gestão de Riscos e de Desastres	20LA - Mapeamentos Geológico-geotécnicos voltados para a Prevenção de Desastres	5.422.960	4.970.283	Produto disponibilizado - unidade	212
2321 - Recursos Hídricos	2397 - Levantamentos Hidrogeológicos, Estudos Integrados em Recursos Hídricos para Gestão e Ampliação da Oferta Hídrica	4.420.830	3.458.773	Levantamento realizado - unidade	14
3102 - Mineração Segura e Sustentável	213Y - Mapeamento geológico do Brasil	15.912.312	13.511.552	Área levantada - quilômetro quadrado	84.000 km ²
3102 - Mineração Segura e Sustentável	21BB - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Geociências e Setor Mineral	1.234.399	910.627	Artigo científico publicado - unidade	9
3102 - Mineração Segura e Sustentável	2399 - Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil	8.977.036	5.939.683	Área levantada - unidade	71
3102 - Mineração Segura e Sustentável	2B51 - Gestão e Disseminação da Informação Geológica	13.665.667	12.521.373	Serviço de informação prestado - percentual	97
3102 - Mineração Segura e Sustentável	2B53 - Produção Laboratorial de Análises Minerais - Rede LAMIN	6.974.057	6.365.735	Análise realizada - unidade	142.054 análises
3102 - Mineração Segura e Sustentável	2D62 - Levantamentos Geológico-Ambientais aplicados ao Ordenamento Territorial	1.515.000	1.434.983	Estudo publicado - unidade	82
6113 - Oceanos, Zona Costeira e Antártica	20LC - Geologia do Espaço Marinho e Costeiro	2.710.049	1.635.890	Pesquisa desenvolvida - unidade	11

2.5. ADERÊNCIA AOS ODS E INICIATIVAS DE ASG

As entregas do SGB-CPRM estão plenamente alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Para operacionalizar essa integração, a instituição lançou a cartilha “CPRM e os ODS”, disponível em seu repositório institucional, na qual cada iniciativa é mapeada e vinculada ao(s) ODS correspondente(s). No Balanço Social, todo retorno de valor social gerado faz referência a um ODS, reforçando a transparência e o compromisso com as metas globais. Além disso, todas as ações previstas no PPA são registradas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento Federal (SIOP), com indicação clara dos ODS relacionados a cada entrega. Dessa forma, o SGB-CPRM

confirma seu papel estratégico no desenvolvimento sustentável do Brasil, contribuindo de forma mensurável para a Agenda 2030.

Figura 15: As áreas de atuação do SGB-CPRM e suas relações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Desde 2020, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) integra a Rede Brasil do Pacto Global da ONU, reafirmando seu compromisso com os dez princípios fundamentais voltados para quatro diretrizes principais: direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. O Pacto Global atua como um braço corporativo da ONU na implementação da Agenda 2030. Além disso, a empresa promove a sustentabilidade empresarial e incentiva práticas de ESG (ambiental, social e governança corporativa). Em 2024 foram realizadas as seguintes ações:

- O SGB-CPRM reafirmou seu compromisso com o Pacto Global e realizou a comunicação de engajamento, disponível em: <https://unglobalcompact.org/participation/report/cop/detail/482468>. O documento apresenta as ações desenvolvidas pelo SGB-CPRM em alinhamento aos princípios e às diretrizes do Pacto Global.
- Adesão ao Movimento Salário Digno (MSD), uma iniciativa do Pacto Global da ONU Brasil e da ONU Mulheres, com ambição de garantir 100% de salário digno até 2030 para todos (as) os (as) funcionários (as), em toda a operação da organização.
- Convite por parte do IBGE e do IPEA, para participar do Grupo de Trabalho para estudo da nova proposta de ODS 18 - Igualdade Étnico-Racial (**Figura 16**), com o objetivo de propor metas e indicadores. Técnicos do SGB-CPRM mantêm contato com a coordenação do Observatório ODS 18, em parceria com o Ministério da Igualdade Racial (MIR), para a elaboração dessas metas.

Figura 16: Logotipo relacionado ao ODS 18 de igualdade étnico-racial.



2.5.1. Outras informações relevantes: Parcerias em PD&I e TEDs

O Serviço Geológico do Brasil (SGB), por meio de suas iniciativas de Parcerias e PD&I, tem atuado de forma estratégica para contribuir com os objetivos de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável, à inovação e à transição para uma economia de baixo carbono. As ações são orientadas por diretrizes governamentais e estão integradas a programas nacionais prioritários, reforçando o papel da geociência como base para decisões públicas informadas e eficazes. O SGB-CPRM também contribui com a execução de políticas públicas, em parcerias, de órgãos setoriais da administração pública direta, por meio da celebração de Termos de Execução Descentralizada (TEDs). Em 2024, os TEDs firmados com o SGB-CPRM viabilizaram iniciativas voltadas à geração e disseminação do conhecimento geocientífico, fortalecendo políticas públicas relacionadas à gestão territorial, aos recursos minerais, recursos hídricos e à redução de vulnerabilidades socioambientais.

Gráfico 9: Termos de Execução Descentralizada (TEDs) firmados pelo SGB-CPRM



2.5.2. Participação em Fóruns Globais - SGB-CPRM na COP 29

A participação do SGB na COP 29 foi estratégica para posicionar a instituição como referência técnica em temas relacionados à geodiversidade, recursos minerais, gestão territorial e riscos naturais. Na COP 30, a atuação do SGB pode ser ampliada para destacar também o papel do setor mineral na transição energética e na adaptação às mudanças climáticas. A disponibilização de dados geocientíficos sobre minerais críticos, essenciais para tecnologias de baixo carbono, é uma contribuição concreta que o SGB pode oferecer ao

debate climático. Recomenda-se, portanto, que a participação institucional inclua o fortalecimento do diálogo sobre mineração sustentável, economia circular e o papel do mapeamento geológico na promoção de um desenvolvimento ambientalmente responsável.

Figura 17: participação do Serviço Geológico do Brasil na COP 30



Apresentação do Deputado Túlio Gadelha sobre o PL 4870/2024, e foto da delegação do Serviço Geológico do Brasil (Marcel Maués, Sabrina Gois, Homero Reis, Lúcia Travassos) com o Deputado, e representante do Ministério do Turismo.

De acordo com o Grupo de trabalho formado, a participação do Serviço Geológico do Brasil na COP 30 é estratégica para fortalecer sua atuação em temas climáticos e de mineração sustentável e são propostas:

- Firmar acordos com CENSIPAM e OTCA, visando espaços compartilhados e articulação da Rede Amazônica de Geociências;
- Produzir material técnico e institucional com foco em minerais críticos, transição energética e riscos naturais;
- Viabilizar hotsite temático e exposição “Brasil Glacial”;
- Atuar em parceria com a EMBRAPA e a OTCA para ampliar a presença institucional nos fóruns da COP 30.

Essa participação reforça o papel do SGB como provedor de dados estratégicos para políticas públicas voltadas ao clima e à sustentabilidade dos recursos minerais.

2.6. IMPACTOS DAS OPERACIONALIZAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os impactos das políticas públicas executadas pelo SGB-CPRM se refletem em entregas que promovem o desenvolvimento sustentável, reduzem vulnerabilidades e ampliam o conhecimento geocientífico no país. A seguir, apresentam-se dois instrumentos que evidenciam esses resultados: o Balanço Social, com foco em impacto ESG, transparência e responsabilidade institucional; e o Infográfico de Resultados, que resume os avanços na geração de valor público em 2024, conforme as perspectivas estratégicas do Plano Estratégico Institucional.

2.6.1. Balanço Social do SGB-CPRM

O Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM) lançará, até agosto de 2025, a quarta edição do seu Balanço Social, referente ao ano-base de 2024. O documento reafirma o

compromisso da instituição com a transparência, a responsabilidade pública e o desenvolvimento sustentável, reunindo as principais entregas realizadas e seus impactos sociais, ambientais e econômicos para a sociedade brasileira. O Balanço Social, adaptado da tabela-modelo do Ibase, apresenta demonstrações contábeis, sociais, culturais e ambientais no âmbito da ESG, detalhando investimentos laborais, indicadores sociais externos, indicadores que revertem em arrecadação e desenvolvimento, e destaques de geologia para o desenvolvimento sustentável. O acesso a todas as edições de balanço social do SGB-CPRM pode ser acessado através do endereço eletrônico: <https://sgb.gov.br/balancosocial>

Em 2024, o SGB-CPRM gerou um lucro social estimado em R\$6,4 bilhões, com retorno de R\$9,47 para a sociedade a cada R\$1 investido. O resultado reflete a entrega de 20 produtos e serviços, o desempenho de mais de 2.180 colaboradores e o compromisso com os princípios de transparência, responsabilidade socioambiental e boa governança, alinhados às práticas de Environmental, Social and Governance (ESG) e aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). As ações do SGB-CPRM impactaram positivamente a vida de milhares de brasileiros em diversas frentes.

- **Na geração de conhecimento geocientífico e fomento ao setor mineral**, destaca-se a produção de 84.000 km² em mapeamento geológico — etapa inicial da cadeia da mineração —, somada a levantamentos geoquímicos e aerogeofísicos com foco em minerais críticos. Esses esforços elevam o Índice de Atratividade de Investimentos (IAI), impulsionam a inovação, atraem investimentos privados e orientam políticas públicas. As Cartas de Anomalias, ao integrarem dados geológicos e geofísicos, reforçam ainda mais essa iniciativa. No balanço social, essa frente gerou um retorno estimado de R\$ 1,8 bilhão, refletindo seu relevante impacto econômico e social.
- **Gestão de ativos minerários do SGB-CPRM**, transferidos à iniciativa privada via leilões no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), resultou em investimentos em pesquisa mineral, gerando retornos econômicos e sociais, superior a 6 milhões de reais.
- **Estudos de fontes hidrominerais *in loco* garantiram a qualidade e segurança da água mineral na fonte**, que é uma etapa fundamental para o comércio de água mineral. Em 2024 foram realizados 658 estudos *in loco* de fontes hidrominerais, em 251 municípios brasileiros.
- **A Operação da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN)** é fundamental para salvaguardar vidas e propriedades, subsidiar planejamento e desenvolvimento econômico, e enfrentar a emergência climática. Em 2024, o SGB-CPRM operou 77% da RHN coordenada pela Agência Nacional de Água - ANA, correspondendo a 2.633 pontos de monitoramento. O benefício social total da operação da RHN em 2024 foi estimado em R\$2,5 bilhões.
- **Os Sistemas de Alerta Hidrológico (SAH), como os das bacias do Rio Caí (RS), Rio Uruguai (RS/SC) e Rio Doce (MG/ES)**, fornecem previsões de níveis de rios, permitindo a antecipação de ações para redução de danos e proteção de vidas. O SAH-Doce, por exemplo, beneficiou mais de 1,26 milhões de pessoas em 2024.
- **Produtos de hidrogeologia (cartografia, Siagas, Rimas)** são estratégicos para o abastecimento e gestão das águas subterrâneas, e em 2024 gerou um lucro social superior a 1,4 bilhões de reais.

- **As ações de Cartografia e Capacitação para Prevenção de Desastres** incluem a elaboração de Cartas Geotécnicas, Cartografia de Perigo e Risco Geológico e capacitação para Defesa Civil. Em 2024, foram certificadas 3.687 pessoas em capacitações sobre riscos geológicos.
- **Estudos ambientais na Margem Equatorial Brasileira** ampliaram o conhecimento para subsidiar a tomada de decisão em uma nova fronteira exploratória.
- **Estudos para Definição de Áreas para Aterros Sanitários** oferecem suporte técnico especializado para municípios de baixa renda, visando a implantação de soluções adequadas. Em 2024 foram atendidos 3 municípios.
- **Programas Sociais e Educativos** – O SGB-CPRM promove a disseminação das geociências, com destaque para:
 - **O Programa de Residência de Iniciação Profissional em Ciências da Terra** qualifica recém-graduados, alinhado ao ODS 4 (Educação de Qualidade). Em 2024, residentes publicaram 26 produtos (mapas, relatórios, artigos científicos, resumos em eventos, etc).
 - **O Museu de Ciências da Terra (MCTer)** exerce função educativa, cultural e científica, popularizando a ciência e disponibilizando acervos para pesquisa. Em 2024 recebeu 31.175 visitantes.
 - As Oficinas de Réplicas de Fósseis, através do **Programa SGBeduca, promovem a divulgação das geociências em escolas**, e em 2024 atendeu 4.064 alunos e distribuiu 12.192 réplicas.
 - **Cursos de Geociências para público externo**, com destaque para o curso para professores da educação básica e outro curso para pesquisadores externos, atendeu 410 pessoas, alinhados ao ODS 4.
 - **A Rede de Litotecas amplia o acesso a acervos geológicos**, fomentando o desenvolvimento científico e educacional, e em 2024 atendeu 144 pessoas do público externo.
 - As **Ações Educativas do Comitê Permanente de Pró-Equidade e Diversidade** promoveram debates sobre equidade de gênero e direitos humanos, e distribuíram 300 unidades do cordão de girassol para identificação de deficiências ocultas.

2.6.2. SGB-CPRM em Números: Entregas e Resultados que Fazem Diferença

Complementando o Balanço Social, o infográfico institucional sintetiza os principais resultados estratégicos alcançados por meio da execução dos projetos vinculados ao Plano Estratégico Institucional. Elaborado com base na metodologia BSC (Balanced Scorecard), ele evidencia a performance do SGB-CPRM sob diferentes perspectivas, destacando as contribuições concretas da instituição para a geração de valor público. Os resultados apresentados refletem, de forma integrada, os indicadores do Plano Estratégico Institucional, bem como as entregas associadas às ações orçamentárias — incluindo aquelas previstas no Plano Plurianual (PPA) —, traduzidos para uma linguagem clara e acessível à sociedade.

A seguir, os principais indicadores e entregas são ilustrados de forma visual, permitindo uma compreensão rápida e objetiva do impacto institucional gerado em

benefício da sociedade brasileira. As ações em números do SGB-CPRM que contribuíram diretamente para a proteção de vidas, segurança hídrica, oferta de materiais para agricultura e construção civil, desenvolvimento da mineração, avanço do conhecimento geocientífico, apoio ao meio ambiente e disseminação de informações essenciais para o país

Figura 18: Infográfico dos principais resultados SGB-CPRM 2024



2.7. DIREITOS HUMANOS

O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) assegura a proteção dos direitos humanos e mantém constante vigilância por meio de suas unidades responsáveis por ética, governança, Corregedoria, Ouvidoria.

As atividades centrais do SGB-CPRM, relacionadas à mitigação dos impactos de eventos hidrológicos extremos e ao mapeamento de áreas de risco geológico, apoiam as autoridades civis na prevenção de perdas de vidas humanas e danos materiais causados por desastres ambientais, promovendo assim os direitos fundamentais e o princípio da dignidade humana.

As iniciativas de prevenção de desastres naturais podem ser acessadas em (<https://www.sgb.gov.br/prevencao-de-desastres>)

Os alertas sobre eventos críticos estão disponíveis em (<https://www.sgb.gov.br/sace/>), além das informações fornecidas no Balanço Social da instituição.

O SGB-CPRM reafirma seu compromisso com a promoção dos direitos humanos, tanto no contexto de atividades geológicas e minerais quanto na sua relação com as comunidades. Ao adotar uma abordagem integrada e responsável, o SGB-CPRM busca não apenas minimizar os impactos negativos dos desastres naturais, mas também promover um futuro mais justo e sustentável para as gerações atuais e futuras.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

3.1. INFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS, ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

3.1.1. Informações Societárias

O valor do capital social do SGB-CPRM, totalmente integralizado, é de R\$30,148 milhões, representado por 2.948.172 ações, sendo 2.631.150 ações ordinárias e 317.022 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

A União é detentora de cerca de 97% das ações do SGB-CPRM, sendo os 3% restantes, em propriedade de terceiros, como pessoas jurídicas de direito público interno, entidades e órgãos da administração indireta, além de pessoas jurídicas de direito privado.

O SGB-CPRM não detém participação relevante em empresas controladas, tampouco exerce influência significativa em sociedades coligadas, nem possui participação igual ou superior a 20% capital social dessas sociedades. No entanto, considerando que 3% das ações estão em posse de terceiros, o SGB-CPRM conta com a participação societária de outras entidades na sua estrutura acionária.

Tabela 5: Composição acionária SGB-CPRM 2024

Acionistas	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total de ações	%
União Federal	2.580.626	98%	288.963	92%	2.869.589	97%
Fazenda do Estado do Amazonas	-	-	1.169	-	1.169	-
Fazenda do Estado de São Paulo	28.073	1%	18.715	6%	46.788	2%
Companhia Energética de Alagoas (Ceal)	116	-	116	-	232	-
Centrais Elétricas Brasileira (Eletrobrás)	6.015	-	6.015	2%	12.030	-
Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras)	12.031	1%	-	-	12.031	1%
Banco Central do Brasil	1.202	-	-	-	1.202	-
Centrais Elétricas Norte do Brasil (Eletronorte)	-	-	233	-	233	-
Indústrias Nucleares do Brasil (INB)	23	-	-	-	23	-
Companhia Mineradora Minas Gerais S/A	200	-	-	-	200	-
Companhia Paranaense De Energia (Copel)	674	-	594	-	1.268	-
Companhia. Estadual Energia Elétrica (CEEE)	467	-	-	-	467	-
Companhia Rio-Grandense de Saneamento (Corsan)	233	-	-	-	233	-
Metais de Goiás S/A (Metago)	584	-	116	-	700	-
Companhia Energética de São Paulo (Cesp)	467	-	701	-	1.168	-
Companhia Rio-Grandense de Mineração (CRM)	39	-	-	-	39	-
Companhia Matogrossense de Mineração (Metamat)	400	-	-	-	400	-
Amazonas Distribuidora de Energia S/A	-	-	400	-	400	-
Total	2.631.150	100%	317.022	100%	2.948.172	100%

Tabela 6: Participações Societárias no SGB-CPRM/2024

Ativo	Ações no BNDES			Ações e/ou cotas na CPRM			Valor mercado			Valor Patrimonial			% Capital votante	% Capital total
	ORD	PREF	TOTAL	ORD	PREF	TOTAL	DATA	UNID	TOTAL	DATA	UNID	TOTAL		
I - AÇÕES DE OUTRAS CIAS.														
CBPM	2.830		2.830							31/12/2023	1	2.830,00		0,003
CRT (Incorporada pela OI)				7		7				31/12/2005	10,03	70,21		
CRT (Incorporada pela OI)					58	58				31/12/2005	10,03	581,74		0,002
CRT/CELULAR (incorporada pela VIVO)				7		7				31/12/2005	10,03	70,21		
CRT/CELULAR (incorporada pela VIVO)					58	58				31/12/2005	10,03	583,85		0,002
II - INCENTIVOS FISCAIS														
FINAM (Banco da Amazônia)						467.626	31/12/2024	0,00	144,96	31/12/2024	0,00	377,70		
FINOR (Banco do Nordeste)						131.063	31/12/2024	0,00	91,74	31/12/2024	0,00	203,15		
FISET - REFLORESTAMENTO (Banco do Brasil)						107.517	31/12/2024	0,16	17.202,72					
FISET - TURISMO (Banco do Brasil)						2	31/12/2024	0,35	0,70					
TOTAL	2.830		2.830			706.338			17.440,13			4.716,86		

3.1.2. Atividades desenvolvidas

No contexto de suas atribuições, as atividades do SGB-CPRM abrangem as seguintes áreas temáticas:

- Levantamento Geológico, Geoquímico e Geofísico do Território Brasileiro**

A ampliação do conhecimento geológico do país é essencial para promover novas descobertas minerais, colaborando para a expansão da contribuição da mineração ao PIB brasileiro. É fundamental para subsidiar o planejamento da ocupação do solo e é base para o gerenciamento de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, o ordenamento territorial, identificação em macroescala de áreas de risco e prevenção de catástrofes e para ações que visam a proteção geral do meio ambiente. O levantamento geológico constitui, portanto, uma importante ferramenta de gestão, colaborando substancialmente para o avanço do conhecimento geocientífico e para o desenvolvimento econômico de qualquer nação. Essa linha de atuação inclui mapeamento geológico, levantamentos geoquímicos e aerogeofísicos e o inventário do patrimônio geológico do Brasil.

- Ampliação do conhecimento em áreas potenciais para diversos minerais, incluindo minerais estratégicos, necessários para a transição energética e segurança alimentar**

Execução de projetos que visam a ampliação do conhecimento das potencialidades das províncias minerais e novas fronteiras do conhecimento geológico, a avaliação do potencial do Brasil para minerais estratégicos, a reavaliação e valoração para licitação de blocos de ativos minerais do SGB-CPRM, a ampliação de conhecimento para insumos para a construção civil, e outras iniciativas que perpassam pela economia circular e pelo desenvolvimento de plataforma

mineral, visando a atração de investimentos do setor produtivo. Esses estudos ampliaram as possibilidades de pesquisa e exploração mineral, descortinando ambientes geológicos favoráveis para mineralizações, incluindo a identificação de novas ocorrências minerais. Esse elevado aporte de dados aumentou a potencialidade de várias áreas, com a tendência de diminuir, nos curto e médio prazos, o risco para o investidor do setor mineral.

Não obstante, o SGB-CPRM vem realizando o levantamento das potencialidades do país em insumos minerais para uso no agronegócio (potássio, fosfato e agrominerais), bem como minerais industriais, notadamente os agregados para construção civil e rochas ornamentais. Os minerais relacionados à transição energética, usados nas fontes de energia (baterias) e de uso na indústria tecnológica (como nióbio, grafita, lítio e cobalto), entre outros minerais críticos tiveram atenção especial, além dos trabalhos de pesquisa e estudos laboratoriais para minerais de argila, em apoio à indústria cerâmica, rochas carbonáticas, gipsita e zeólitas.

- **Geologia Marinha para Subsidiar a Política Nacional para os Recursos do Mar**

Os projetos de Geologia Marinha têm como objetivo produzir informações geológicas e de recursos minerais e ambientais, para subsidiar a tomada de decisão por parte de órgãos governamentais e empresas públicas e privadas, quanto às atividades de exploração mineral, planejamento espacial e uso compartilhado da Zona Costeira-ZC, Plataforma Continental Jurídica Brasileira-PCJB e áreas internacionais adjacentes-AREA.

O SGB participa ativamente como integrante do Grupo Técnico do LEPLAC – que objetiva estabelecer o limite exterior da plataforma continental, além das 200 milhas náuticas da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), com base na aplicação dos critérios do artigo 76 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) –, e como Coordenadora Operacional do PROAREA e do REMPLAC. Dentre a publicação de vários artigos geocientíficos, destaca-se a incorporação da área da Elevação do Rio Grande, o que representa um acréscimo de 960.000 km² à área de soberania brasileira. Além dessa grande relevância, também incluiu o Brasil em um seleto grupo de países que estão na vanguarda das pesquisas minerais dos oceanos.

- **Monitoramento Hidrológico e Estudos Integrados**

O monitoramento hidrológico (águas superficiais e subterrâneas) é realizado por meio da operação da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN) e da Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas (RIMAS). No intuito de subsidiar os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e garantir efetividade na gestão e no aproveitamento racional das águas no Brasil, é indispensável manter redes de monitoramento hidrológico com o objetivo de gerar dados base sobre de precipitação, níveis e vazões, evaporação, sedimentometria e qualidade das águas. Uma visão sistêmica do comportamento dos recursos hídricos é cada vez mais necessária para enfrentar os desafios relacionados com a gestão das águas. Neste sentido, o SGB vem desenvolvendo, em parceria com a Agência Nacional das Águas (ANA) e IGAM/MG, estudos para gestão integrada das águas superficiais e subterrâneas.

- **Estudos dos Recursos Hídricos para Ampliação da Oferta Hídrica do país**

A intensificação dos eventos hidrológicos críticos (secas e inundações) tem impactado o desenvolvimento do país e refletido no setor produtivo e social. O SGB-CPRM desenvolve um programa de geração e difusão de conhecimento hidrológico, com ações que envolvem levantamento básico de informações, administração de bases de dados, pesquisa e estudos interpretativos que tenham reflexos positivos para os setores produtivo e social.

- **Levantamentos e Estudos voltados ao Ordenamento e Desenvolvimento Territorial**

O levantamento da geodiversidade é uma ferramenta de fácil uso para gestores públicos,

órgãos e associações de classe da iniciativa privada e população na tomada de decisões relacionada ao uso sustentável dos territórios e seus recursos, assim como na indicação de estudos mais detalhados e específicos. Compreendem estudos que visam oferecer conhecimento geológico-científico, aplicado nas áreas de construção civil, agricultura, recursos hídricos, recursos minerais, regiões costeiras, gestão territorial e geoturismo, atendendo às demandas e carências de regiões metropolitanas e outras áreas estratégicas. Especificamente em zonas costeiras, são desenvolvidos estudos sobre a dinâmica dessas regiões para subsidiar o planejamento e gerenciamento territorial.

O SGB-CPRM apoia a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) por meio de estudos geológico-geotécnicos que subsidiam a implantação de aterros sanitários. Também desenvolve estudos para fomentar o geoturismo e a geoconservação, identificando o potencial geoturístico de diferentes regiões do país como estratégia para impulsionar o desenvolvimento local e regional, especialmente por meio do turismo e de cadeias produtivas associadas.

Além disso, avança na realização de levantamentos geoquímicos de baixa densidade (geoquímica ambiental), traçando um panorama da concentração natural de elementos químicos em água, solo e sedimentos no território brasileiro. Esses dados subsidiam estudos mais detalhados em geoquímica prospectiva, pesquisa de agrominerais e recuperação de áreas degradadas. Paralelamente, ampliam-se as pesquisas sobre elementos químicos com impacto na saúde dos seres vivos, em drenagens, sedimentos e solos, no âmbito da geologia médica.

- **Alertas e Mapeamento para Prevenção de Desastre**

Os Sistemas de Previsão e Alerta Hidrológicos - SAH são considerados medidas não estruturais adotadas na minimização de prejuízos causados por cheias e secas. Capazes de subsidiar a tomada de decisão de agentes públicos e pessoas, diante de cenários hidrológicos críticos, os SAH's geram e disseminam previsões hidrológicas que permitem a realização de ações preventivas, como a evacuação da população das áreas sujeitas a cheias, o que permite a redução do tempo de danos materiais e do número de vítimas. O SGB opera, atualmente, 17 (dezessete) sistemas de alertas hidrológicos que beneficiam mais de 7 (sete) milhões de pessoas. Os sistemas disponibilizam em tempo real dados e previsões dos níveis dos rios para locais de risco para inundação.

No âmbito das ações de mapeamento, o SGB-CPRM realiza atividades em conjunto com as Defesas Civis com objetivo apontar à própria Defesa Civil e aos gestores municipais, estaduais e federais, áreas com potencial crítico com relação ao risco geológico (deslizamento e inundação). As áreas de risco geológico identificam regiões com habitações propensas a serem atingidas e danificadas por um dado evento geológico, seja ele natural ou induzido por ações humanas. Atualmente, cerca de 4 (quatro) milhões de pessoas encontram-se em áreas de risco no país. Além do mapeamento de áreas críticas quanto a risco, o SGB-CPRM também atua na elaboração de cartas que subsidiam o planejamento adequado do território frente a possibilidades de desastres. Tais documentos cartográficos, indicam áreas com menor potencial para ocorrência de eventos geológicos (deslizamentos e inundações).

- **Recuperação Ambiental – Bacia Carbonífera de Santa Catarina**

No que diz respeito à recuperação e monitoramento ambiental de áreas degradadas de natureza especial, desde 2013 o SGB-CPRM, por designação do MME, vem atuando no âmbito da Ação Civil Pública nº 93.8000533-4, que tem como objetivo a recuperação ambiental das áreas degradadas pela mineração do carvão no sul de Santa Catarina. Estão sendo implementados serviços e obras de engenharia para a recuperação dos passivos ambientais das extintas empresas: a) Carbonífera Treviso S/A: 1.001,09 ha de áreas mineradas a céu aberto com uso de Dragline; b) Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá – CBCA: 129,54 ha de área minerada

por lavra subterrânea e c) Carbonífera Criciúma S/A. Consiste de obras e serviços de engenharia para a recuperação dos passivos ambientais de extintas empresas, cujas áreas somadas recobrem um total de 1.768,06 hectares. Até 2024, cerca de 191,78 hectares já foram recuperados. O monitoramento ambiental que ocorre nas áreas já recuperadas estuda melhorias em vários aspectos ambientais, dentre eles, destacam-se a melhora na qualidade dos recursos hídricos superficiais e o aumento significativo na quantidade e diversidade da vegetação e das espécies da fauna que ocorrem nestas áreas.

- **Mediação Geocientífica através da Educação**

O Programa Institucional SGBeduca tem como objetivo atender demandas de ações de divulgação e popularização geocientífica e do trabalho do SGB-CPRM, por meio de materiais mediados por geocientistas, em linguagem acessível e apoiados nas novas tecnologias de informação voltados à sociedade, em particular a professores e alunos. O Programa SGBeduca busca construir uma agenda positiva para as geociências e para os recursos minerais, de forma a abrir um canal de comunicação com o público leigo, em particular com professores e alunos de todas as idades. O site SGBeduca (<http://sgbeduca.sgb.gov.br/>) veio dar escala ao Programa e atender à missão do SGB-CPRM, disponibilizando a todos livros, mapas escolares de rochas, atividades escolares, cadernos específicos para professores, etc. São realizados atendimentos de forma presencial e online para escolas, na forma de palestras e cursos de atualização em geociências para professores, que buscam levar uma revisão abrangente sobre as geociências e fornecimento de coleções didáticas de minerais e rochas que focam em minerais com uso no cotidiano. Também são realizadas presencialmente oficinas de fósseis, através de atividades lúdicas que misturam ciência e arte.

O Museu de Ciências da Terra - MCTer reúne um riquíssimo acervo que abrange cerca de sete mil amostras de minerais brasileiros e estrangeiros, 12 mil rochas e 60 meteoritos e mais de 200 mil espécimes de fósseis, além de um acervo documental de aproximadamente 150 mil itens, contendo publicações, documentos, instrumentos, mapas, etc. Estas coleções são objeto de processos de identificação, catalogação, conservação, produção científica e apoio técnico. Através de exposições e ações no ambiente do museu ou em outros ambientes, através do Programa Museu em Movimento®, o Museu consolidou-se como importante vitrine de divulgação científica e institucional. As ações promovidas têm sido porta de inclusão dos mais variados públicos aos campos do conhecimento geocientífico, destacando-se o público infantil e infanto-juvenil, educadores e um especial universo de pessoas com deficiência. Incluem exposições interativas, oficinas, palestras e cursos, sempre se valendo de materiais didáticos e lúdicos bastante atraentes ao contato visual e tátil, oriundos dos acervos da biblioteca infantil e coleção de obras históricas, da paleontologia e coleções de rochas e minerais, cuidadosamente preparados pelas equipes do Museu com a colaboração das áreas técnicas do SGB-CPRM.

3.1.3. Estrutura Organizacional do SGB-CPRM

A estrutura organizacional do Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM) está definida em seu Estatuto Social, atualizado na Assembleia Geral realizada em 12 de janeiro de 2024, em conformidade com a Lei das Estatais Federais nº 13.303/2016 e com o Decreto nº 8.945/2016.

O modelo de Governança e Gestão Corporativa do SGB-CPRM foi estruturado com base nas melhores práticas, conforme definidas no *Referencial Básico de Governança Organizacional* do Tribunal de Contas da União – 3ª Edição (2020), elaborado para organizações públicas e demais entes jurisdicionados ao TCU.

A Governança do SGB-CPRM é composta pela Assembleia Geral de Acionistas e pelos seguintes órgãos estatutários: Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal,

Comitê de Auditoria Estatutário e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

A administração da empresa é exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, composta pelo Diretor-Presidente e quatro Diretores: Diretor de Geologia e Recursos Minerais (DGM), Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial (DHT), Diretor de Infraestrutura Geocientífica (DIG) e Diretor de Administração e Finanças (DAF).

Para dar suporte à Governança e à Gestão do SGB-CPRM, a alta administração conta com o apoio do Conselho Fiscal; do Departamento de Governança, Gestão de Riscos e Integridade, Controles Internos e Conformidade; do Comitê de Auditoria Estatutário; do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração; da Comissão de Ética; da Auditoria Interna; da Corregedoria; e da Ouvidoria.

Além dessas instâncias internas, a estrutura organizacional do SGB-CPRM inclui órgãos de governança externa, responsáveis pela fiscalização, controle e regulação, representados pela Controladoria Geral da União (CGU), Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), Ministério de Minas e Energia (MME) e Tribunal de Contas da União (TCU).

O SGB-CPRM também conta com o apoio da Auditoria Independente e do Conselho de Usuários, que atuam em interface com as instâncias externas de governança.

A Gestão da Empresa é exercida pelas instâncias de Gestão Tática e Gestão Operacional. A Gestão Tática é composta pelas Gerências Gerais e Superintendências Regionais, responsáveis por coordenar as ações finalísticas da Empresa. A Gestão Operacional, por sua vez, é formada pelas Gerências Técnicas e pelos Gestores de Projetos, responsáveis pela execução dos processos produtivos, finalísticos e de apoio.

Assim, a configuração da estrutura organizacional do SGB-CPRM foi concebida para promover a integração entre as instâncias de Governança e Gestão, colaborando de forma coordenada para o alcance dos objetivos estratégicos da Empresa e a geração de valor público sustentável para a sociedade.

A figura a seguir apresenta as principais instâncias de Governança e Gestão na estrutura organizacional do Serviço Geológico do Brasil:

Figura 19: Estrutura Organizacional do SGB-CPRM 2024



3.1.3.1. Governança

A Governança enfoca a qualidade do processo decisório e sua efetividade, visando obter o máximo valor para as partes relacionadas/interessadas. Colabora com a gestão orientando

soluções, tomada de decisão e alcançando resultados. Em resumo, enquanto a GESTÃO executa, a GOVERNANÇA se orienta para conformidade, integridade, mitigação de riscos, melhores práticas e controle da execução.

3.1.3.2. Gestão

Fazer a GESTÃO de uma instituição significa receber o direcionamento superior e zelar pela qualidade da sua implementação, com eficácia e eficiência. Ou seja, após compreender a missão institucional, a gestão preocupa-se em definir com clareza o que deve ser feito, fornecer os recursos necessários, avaliar os riscos mais relevantes para o cumprimento dos objetivos e ponderar a relação custo x benefício. A Gestão deve ser realizada com o apoio da Governança.

3.1.4. Estrutura e Práticas de Governança Corporativa no SGB-CPRM

3.1.4.1. Fortalecimento da Governança Corporativa no SGB-CPRM

O ambiente econômico e de negócios, cada vez mais complexo e desafiador, tem impulsionado as empresas estatais federais a consolidar e aprimorar suas estruturas de governança. Nesse contexto, o Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM) vem promovendo o fortalecimento de seus órgãos estatutários, que incluem: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário (Coaud) e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração. Complementam essa estrutura as unidades internas de governança: Auditoria Interna, Ouvidoria, Corregedoria e o Departamento de Governança, responsável pelas áreas de Gestão de Riscos, Integridade, Controles Internos e Conformidade.

As instâncias de apoio à governança desempenham papel fundamental na interlocução entre as partes interessadas, a gestão e os órgãos de controle, tanto internos quanto externos.

3.1.4.2. Estrutura Estatutária e Administrativa

A **Assembléia Geral** constitui o órgão máximo de deliberação do SGB-CPRM, com competências definidas no Estatuto Social. A administração da empresa é exercida pelo **Conselho de Administração** e pela **Diretoria Executiva**, composta pelo Diretor-Presidente e quatro Diretores. A atuação dos administradores observa as normas legais aplicáveis à administração pública indireta, assim como os princípios e melhores práticas de governança corporativa nacional e internacionalmente reconhecidos.

3.1.4.3. Planejamento Estratégico e seu monitoramento

A **Superintendência de Planejamento Estratégico (SUPLAN)**, vinculada à Presidência, é responsável pela condução do planejamento estratégico e orçamentário, bem como pelo monitoramento do portfólio de projetos. Entre suas atribuições destacam-se:

- Monitoramento trimestral dos indicadores do Mapa Estratégico e semestral da Gratificação de Desempenho de Atividades Geocientíficas (GDAG);
- Atualização anual do Plano Estratégico; e
- Elaboração do Programa Anual de Trabalho (PAT), alinhado aos objetivos estratégicos e políticas públicas, com aprovação pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

O acompanhamento é sistematizado em painel de bordo, com prestação de contas

trimestral à Diretoria Executiva e, ao final do exercício, ao Conselho de Administração. Havendo necessidade, são realizadas correções de rumo, com ajustes devidamente aprovados pela alta administração. A execução física é divulgada trimestralmente, e a orçamentária, semanalmente, por meio de painel disponibilizado pelo Departamento de Orçamento e Finanças (DECOF).

3.1.4.4. Auditoria Interna

A unidade de Auditoria Interna (AUDITE) é subordinada diretamente ao Conselho de Administração, assegurando independência e objetividade. Sua missão é agregar valor e melhorar as operações organizacionais, assessorar a administração na avaliação de desempenho e no cumprimento das atribuições institucionais, em consonância com as diretrizes governamentais e metas estabelecidas. Os relatórios, pareceres e recomendações emitidos visam assegurar a fidedignidade das informações e fortalecer a execução do planejamento estratégico. O Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna é apresentado à Diretoria Executiva, aos órgãos de controle e à sociedade.

3.1.4.5. Corregedoria

A **Corregedoria** integra o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SISCOR), tendo como órgão central a Corregedoria-Geral da União (CGU). Subordinada ao Conselho de Administração, atua como Unidade Seccional, sujeita à orientação normativa da CGU.

3.1.4.6. Consultoria Jurídica

A **Consultoria Jurídica** (COJUR) conduz as atividades jurídicas de caráter preventivo, contratual e contencioso, assessorando a Diretoria Executiva, orientando tecnicamente os departamentos e representando judicial e extrajudicialmente os interesses da Empresa. Sua atuação busca mitigar riscos e evitar litígios, com expressivo êxito na defesa dos interesses institucionais.

3.1.4.7. Transparência e Participação Social

A participação e o controle social são assegurados por meio da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e pela Plataforma Fala.BR, que recebe manifestações relativas à política técnico-administrativa e aos serviços prestados.

3.1.4.8. Papel Estratégico da Governança

A governança no SGB-CPRM é essencial para assegurar a conformidade com princípios e valores institucionais, traduzidos em políticas, procedimentos e normas internas, bem como com a legislação e regulamentação aplicáveis. Esse compromisso reforça a confiança da sociedade na gestão e na aplicação dos recursos públicos.

3.1.4.9. Departamento de Governança: Estrutura e Atuação

O **Departamento de Governança** é estruturado em duas áreas principais:

- **Gestão de Riscos e Integridade:** assessora a administração na identificação, avaliação e tratamento de riscos corporativos e promove a integridade organizacional; e

- **Controles Internos e Conformidade:** assegura que as práticas corporativas estejam alinhadas a princípios éticos, normas internas e regulamentação vigente.

O Departamento assessoria a alta administração da Empresa, fornecendo informações e análises técnicas que subsidiam as deliberações do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês Estatutários (COAUD e CPESR). Além disso, supervisiona as estruturas de Gestão de Riscos e Integridade, Controles Internos e Conformidade.

3.1.4.10. Gestão de Riscos e Integridade

A gestão integrada de riscos e controles internos visa estabelecer um ambiente de controle aderente aos valores e interesses institucionais e da sociedade. Em 2024, foi atualizada a Política de Gestão de Riscos Corporativos, orientando as etapas de análise de contexto, identificação, avaliação, tratamento, comunicação e monitoramento dos riscos. Destaques das ações:

- Identificação e avaliação dos riscos corporativos, com foco na entrega de resultados à sociedade;
- Elaboração do Mapa de Riscos de Integridade, conforme orientações da CGU; e
- Elaboração de mapas de riscos das informações contábeis e do contencioso jurídico.

Na promoção da integridade, foram realizadas ações como:

- Treinamento anual sobre o Código de Conduta, Ética e Integridade, com ênfase no tema “Assédio Moral e Sexual”;
- Instituição da Política de Integridade, com diretrizes para prevenção e combate à corrupção, desvios e fraudes;
- Elaboração do Plano de Integridade 2024-2025, com ações de curto e médio prazos para fortalecer a cultura de integridade; e
- Participação na resposta ao Pacto Global da ONU, demonstrando compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os Princípios Universais.

3.1.4.11. Controles Internos e Conformidade

A área de Controles Internos e Conformidade assegura que os processos administrativos sigam padrões normativos e legais, fortalecendo a prestação de contas e a confiança da sociedade na gestão pública. Entre as principais ações, destacam-se:

- Atualização e harmonização de aproximadamente 150 instrumentos normativos em 2024;
- Instituição e revisão de políticas corporativas essenciais, como:
 - Política de Segurança da Informação (POSIN);
 - Política de Sustentabilidade;
 - Política de Gestão de Riscos Corporativos;
 - Política de Integridade; e
 - Política de Controles Internos e Conformidade.

A área também liderou a criação e atualização de normativos que orientam os processos administrativos, especialmente relacionados a aquisições, contratações e gestão, assegurando legalidade, moralidade e eficiência.

3.1.4.12. Aperfeiçoamento Normativo e Organizacional

Em 2024, o Estatuto Social foi atualizado, promovendo ajustes na estrutura organizacional e reforçando direitos e deveres institucionais. Entre as inovações implementadas, destacam-se:

- Regulamento Interno de Licitações e Compras (RILC), garantindo aquisições e contratações pautadas na legalidade, economicidade e qualidade;
- Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário (Coaud), fortalecendo o assessoramento ao Conselho de Administração; e
- Regulamentos Internos do Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) e do Comitê de Segurança da Informação (CSI), alinhando as atividades tecnológicas ao bom uso da inteligência artificial e à segurança cibernética.

3.1.4.13. Transparência e Sustentabilidade

A publicação da Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa (2024, ano-base 2023) reforçou o compromisso da empresa com a transparência, comunicando à sociedade sua forma de gestão, relacionamento com as partes interessadas e como agrega valor com os recursos públicos.

Adicionalmente, o Programa de Integridade, Compliance e ESG e a Política de Sustentabilidade foram sistematizados, aperfeiçoando os instrumentos de prevenção à corrupção e de promoção do desenvolvimento sustentável.

3.1.4.14. Conselho Fiscal

O Plano de Trabalho Anual do Conselho Fiscal foi publicado com o objetivo de assegurar o cumprimento dos objetivos estatutários e fomentar um ambiente de governança mais transparente, equitativo e sustentável, pautado pelos princípios da legalidade, conformidade e interesse público.

3.1.4.15. Considerações Finais

O fortalecimento contínuo da governança no SGB-CPRM demonstra o compromisso da empresa com a excelência administrativa, a integridade, a transparência e a geração de valor público. A adoção das melhores práticas de governança corporativa contribui para a confiança da sociedade e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

3.2. PARCERIAS ESTRATÉGICAS

3.2.1. Parcerias estratégicas nacionais

O SGB-CPRM mantém parcerias estratégicas nos níveis federal, estadual e municipal, com órgãos responsáveis pela elaboração de políticas públicas e pelo planejamento voltado ao desenvolvimento social, ambiental e econômico.

Essas parcerias contribuem para a delimitação de áreas adequadas ao uso e ocupação territorial, identificando regiões com aptidões ao desenvolvimento, preservadas e/ou recuperadas, além de apoiar ações emergenciais decorrentes de desastres naturais.

Tabela 7: Parcerias estratégicas nas esferas Federal e Estadual

ESFERA FEDERAL	ESFERA ESTADUAL
Ministério de Minas e Energia - (MME)	Departamento de estradas, rodagens, infraestrutura e serviços públicos (DER/RO)
Fundação Nacional de Saúde - (Funasa)	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (Sedec/RN)
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)	Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM)
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável/RS
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	Rede Metrológica de Minas Gerais
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	Instituto de Energia e Ambiente (IEE/USP)
Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais – (Cemaden)	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam/RO)
Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT)	Companhia de Energia Hídrica e de Saneamento da Bahia (Cerb)
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam)	Instituto do Meio Ambiente do Acre (Imac)
Ministério da Integração Desenvolvimento Regional (MIDR)	Companhia de Água e Esgotos de Rondônia (Caero)
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)	Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba)
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTIC)	Agência de Regulação de Serviços Públicos de Bauritis (Agerb)
Observatório Nacional (ON)	Agência de Mineração do Estado de Tocantins (Ameto)
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	Secretaria de Estado do Meio ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas)
Ministério das Cidades – (MCID)	Secretaria do Planejamento do Piauí (Seplan-PI)
Polícia Federal (PF)	Instituto Mineiro de Gestão de Águas (Igam)
	Estado do Mato Grosso

Tabela 8: Parcerias estratégicas com Instituições e Universidades

INSTITUIÇÕES E UNIVERSIDADES	
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	INTERMUSEUS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Faculdades Católicas
Universidade Federal de Lavras - UFLA	Universidade Federal do Pampa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA	Universidade de São Paulo - USP

Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP	Universidade Federal do Ceará - UFC
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN	Universidade Federal do Pará
Universidade Federal do Paraná - UFPR	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
Instituto Superior de Educação Santa Cecília	Universidade de Brasília - UNB
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Fundação Parque e Jardins
Universidade Federal Rural de Pernambuco	Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN
Instituto ODEON	ELYSIUM Sociedade Cultural
Instituto PEDRA	Associação Pró-Cultura e Promoção das Artes- APPA

Tabela 9: Parcerias estratégicas com empresas estatais e entidades privadas

EMPRESAS E ENTIDADES PRIVADAS
Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)
Petróleo Brasileiro SA (Petrobras)
Google LLC
Agência de Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (Adimb)

Durante o ano de 2024, o SGB-CPRM contabilizou 67 parcerias nacionais, desenvolvidas em diferentes modalidades, sendo os Acordos de Cooperação Técnica (ACT) a forma de parceria mais recorrente.

3.2.2. Projetos em parceria

Os projetos em parceria desenvolvidos abrangem diferentes áreas temáticas do conhecimento geológico, com destaque para aqueles voltados à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) nas áreas de geologia básica, energia (óleo e gás, energias renováveis e outras); água (hidrogeologia, hidrologia, uso racional e afins), além de outras áreas do conhecimento geocientífico.

Na temática de geologia e mineração, merecem destaque os projetos voltados ao desenvolvimento geoeconômico, à pesquisa com remineralizadores e às trocas de dados que visam atualização, consistência e integração de dados geológicos básicos.

Na temática de hidrologia a gestão territorial, destacam-se os projetos voltados ao compartilhamento de dados para composição de sistema integrado de gestão de águas subterrâneas, ao desenvolvimento de pesquisa e cartografia hidrogeológica e à operação e monitoramento de recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

3.2.3. Cooperação internacional

As iniciativas de intercâmbio, mobilidade, colaboração e cooperação internacional são compreendidas como estratégicas e complementares para o cumprimento da missão institucional e para o desenvolvimento científico e tecnológico do SGB-CPRM.

O exercício de 2024 foi pautado pela busca por conhecimento e formação complementares dos nossos pesquisadores e colaboradores, bem como pela aproximação com instituições, centros e grupos de referência no Brasil e no exterior, por meio de uma maior presença internacional, em sinergia com a Política Externa Brasileira e com as políticas setoriais lideradas pelo Ministério de Minas e Energia.

Nesse sentido, foram realizadas tratativas para o estabelecimento de acordos de cooperação com as seguintes instituições estrangeiras:

- Gabinete de Recursos Energéticos do Departamento de Estado dos EUA (ENR): realização de um workshop de planejamento em julho e em novembro das primeiras missões de campo do projeto de pesquisa sobre recursos minerais críticos para a transição energética no Brasil;
- Serviço Geológico Britânico (BGS): assinatura do acordo de cooperação durante a Conferência PDAC-2024 e, na semana seguinte, em março 2024, em realização de missão científica de campo no Vale do Lítio;
- O Instituto Geológico de Angola (IGEO): atualmente aguardando resposta à proposta;
- Estudo sobre a proposta para criação do Centro Brasil-China de Cooperação em Geociências, em cooperação com o Serviço Geológico da China;
- Instituto de Geologia e Paleontologia de Cuba;
- Sociedade Nacional de Minas de Camarões (SONAMINES): recepção de delegação científica em Brasília e no Rio de Janeiro, com negociação de minuta de acordo e previsão de assinatura em março de 2025; e
- Escritório Geológico da Província de Shanxi (China): recepção de delegação em São Paulo e Criciúma, em julho, seguida de realização de missão à cidade de Taiyuan, em setembro, para assinatura de Acordo de Cooperação.

Foi dada sequência à participação com protagonismo em eventos e iniciativas internacionais relevantes, como: XXIX Assembleia Geral da ASGMI (México), PDAC-2024 (Canadá), 37-IGC (Coreia do Sul), PROEXPLO (Rússia), Mineral-X 2024 (Estados Unidos), Congresso Mundial das Águas Subterrâneas - IAH-2024 (Suíça), Fórum de Desenvolvimento de Baixo Carbono de Energia (China), COP-29 (Azerbaijão), entre outros.

Dentro desse perfil multidisciplinar, com ampla representatividade internacional e multifacetado nos propósitos, foram realizadas 74 missões em 23 países, em diversas modalidades como doutorado-sanduíche, intercâmbio de curta duração, visitas de campo, apresentações em eventos científicos, participação em reuniões temáticas e técnicas.

Importante destacar a continuidade de duas parcerias já de longa duração com o Instituto de pesquisa e Desenvolvimento Francês – IRD em sensoriamento remoto aplicado a hidrologia e com a Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA em hidrologia isotópica

Após a consolidação da retomada das agendas internacionais desde o fim da pandemia de covid-19, em 2023, foi possível pavimentar, por meio das negociações com representantes de instituições estrangeiras, uma ampla agenda para 2025.

3.3. DADOS FINANCEIROS, COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES E FATORES DE RISCO CORPORATIVO

3.3.1. Análise da Execução Financeira

De modo geral, conforme apresentado nesta Carta Anual, a evolução dos indicadores orçamentários e financeiros do SGB-CPRM ao longo dos últimos anos (principalmente de 2015 até 2024) demonstra uma trajetória de consolidação e crescimento equilibrado. Os valores orçados e empenhados, acompanhados pelas despesas liquidadas e pagas, mostram um alto grau de execução, indicando eficiência no planejamento e na aplicação dos recursos em projetos de

pesquisa, monitoramento e desenvolvimento geocientífico.

A adoção de Centros de Custos e do Sistema de Informações de Custos (SIC) contribuiu para maior transparência e rastreabilidade das despesas, permitindo que os gastos sejam distribuídos de forma estratégica entre despesas obrigatórias (principalmente folha de pagamento e encargos) e discricionárias (investimentos em infraestrutura, aquisição de equipamentos, modernização de sistemas etc.).

Observou-se também o aumento de destaques recebidos de outros órgãos, reforçando o papel colaborativo do SGB-CPRM em projetos interministeriais, além de evidenciar a relevância de suas ações para setores críticos, como os recursos hídricos e o desenvolvimento regional.

No que se refere aos restos a pagar, os dados apontam para uma redução consistente do percentual inscrito ao fim de cada exercício, o que confirma a eficiência na execução e evita a perpetuação de obrigações financeiras pendentes.

Em 2024, os indicadores orçamentários se mantiveram estáveis, com ampla proporção de recursos já empenhados e liquidações/pagamentos ocorrendo de maneira satisfatória, inclusive no que diz respeito à gestão de despesas obrigatórias e discricionárias. O aumento modesto na participação de investimentos demonstra o compromisso do SGB-CPRM com a modernização e a inovação, apesar de ainda representar uma fatia menor em relação a outras despesas.

Para 2025, a perspectiva é de continuidade dessas tendências positivas, buscando manter o alto nível de execução, fortalecer a governança e ampliar a aplicação de recursos em projetos estratégicos, sem perder de vista a sustentabilidade orçamentária. Com a consolidação das boas práticas de gestão e o monitoramento constante por meio do Sistema de Informações de Custos – SIC, o SGB-CPRM permanece como um agente essencial para o desenvolvimento sustentável do país, produzindo conhecimento geocientífico e hidrológico em benefício da sociedade brasileira.

3.3.2. Comentários dos Administradores

No primeiro ano do PPA 2024–2027, o SGB-CPRM atingiu ou superou 19 dos 21 objetivos estratégicos monitorados, destacando avanços de 134% na disseminação do conhecimento geocientífico, na cartografia geológica de uma área equivalente ao tamanho da Áustria, 127% no monitoramento hidrológico, 175% na cartografia marinha e 120% no apoio à gestão territorial em situações de desastre, com mapeamentos voltados para prevenção de desastres em 149 municípios. Apesar desses resultados positivos, desafios orçamentários e técnicos impactaram metas como os levantamentos aerogeofísicos, que não avançaram, e a modernização das bases de dados geocientíficas, com 36% de execução. Para superar esses entraves, a instituição propôs recomendações focadas na melhoria da execução orçamentária, qualificação dos processos internos e ampliação da comunicação institucional, consolidando uma base sólida para o desenvolvimento com excelência técnica e compromisso público até 2027.

O desempenho do SGB-CPRM em 2024 destaca a capacidade de adaptação institucional diante de restrições orçamentárias e eventos climáticos extremos. A dedicação das equipes técnicas e a articulação com parceiros estratégicos permitiram não só o cumprimento de metas críticas, mas também a superação em diversas frentes. Avanços importantes foram observados na ampliação da capacidade de previsão de cheias e estiagens, no estímulo ao setor mineral com foco em sustentabilidade, transição energética, segurança alimentar e na intensificação da cartografia geológica marinha. A expressiva entrega de produtos técnicos, a popularização das geociências e o incremento nos sistemas de informação demonstram o papel essencial do SGB-CPRM no apoio à formulação de políticas públicas em todo o território nacional.

Entretanto, reconhecemos que ainda existem desafios a serem superados. A sub

execução das metas relacionadas à infraestrutura geocientífica, aos levantamentos aerogeofísicos e ao cumprimento integral das metas de 2024 para os levantamentos geológicos e geoquímicos previstos no PPA evidencia a necessidade urgente de recomposição orçamentária e do fortalecimento de parcerias estratégicas. As limitações de pessoal e recursos tecnológicos demandam uma abordagem proativa, pautada na inovação, na digitalização e na qualificação dos processos internos. Para 2025, nossa estratégia contempla a consolidação das iniciativas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), o fortalecimento da governança de dados, o avanço da cooperação internacional e a implementação das recomendações detalhadas pela diretoria. Nosso compromisso é garantir o alinhamento institucional com as metas do PPA e do PAC, preservando a integridade técnica, promovendo a transparência na gestão e assegurando a geração de valor público para a sociedade brasileira.

3.3.3. Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

Em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, seu Decreto Regulamentador, o Estatuto Social, as respectivas Políticas e o Normativo Interno, a Gestão de Riscos e Controles Internos constitui um pilar fundamental para o SGB-CPRM. Por meio de uma atuação corporativa estruturada, abrange o conjunto de processos pelos quais a Empresa identifica, avalia, trata, comunica e monitora os riscos que podem comprometer o alcance de seus objetivos estratégicos.

A gestão de riscos no SGB-CPRM representa um instrumento essencial para o aprimoramento do desempenho organizacional, ao viabilizar a identificação de oportunidades e a mitigação da probabilidade e/ou impacto dos riscos, além de reforçar os esforços de conformidade dos agentes com os princípios éticos e as normas legais.

As ações de gestão de riscos corporativos são executadas e monitoradas de forma contínua, segundo o modelo das Três Linhas de Defesa, descrito a seguir. Cabe à Área de Gestão de Riscos e Controles Internos a responsabilidade pela consolidação das informações, que subsidiam os processos decisórios da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração.

Figura 20: Papéis dos Órgãos de Governança



3.3.3.1. Fatores de Riscos

A Análise de Riscos orientada para resultados é uma ferramenta que facilita aos gestores aprimorar a prestação de contas, ajustar a alocação orçamentária e orientar as decisões que priorizam as políticas públicas. É fundamental para definição dos níveis de riscos aceitáveis, que a gestão de riscos seja parte integrante de todos os processos organizacionais (princípio previsto

pela ISO 31000) e para determinação do impacto são atribuídos pesos aos fatores avaliativos utilizando-se do método *Analytic Hierarchy Process* (AHP), técnica útil para classificar riscos ou priorizar ações de tratamento, entre outras aplicações.

A avaliação de impacto utiliza os seguintes fatores de riscos de análise e pesos de distribuição, caso o evento de risco ocorra:

Tabela 10: Fatores de Risco

Esforço de Gestão (20%) : se evento de riscos impacta no atingimento dos resultados definidos pelo próprio órgão em seus instrumentos de planejamento organizacional, tais como Planejamento Estratégico e Plano Plurianual (PPA).	Regulação (10%) : se evento de risco impacta nos atos normativos vigentes que regem o objeto (processo, projeto) da Gestão de Riscos, e medidas correlacionadas determinadas pelos órgãos de controle.
Reputação/Imagem (15%) : se evento de risco impacta nos aspectos de confiança da sociedade em relação à capacidade do SGB-CPRM em cumprir sua missão institucional e que interferem na imagem do órgão	Negócios/Serviços à sociedade (30%) : se evento de risco impacta no atingimento dos resultados das estratégias setoriais expostas nas Políticas de Planos Nacionais de cada uma das políticas setoriais.
Intervenção Hierárquica (10%) : se evento avalia a necessidade, relevância, desenho, implementação, utilidade de uma intervenção proposta que busca concretizar os objetivos de uma política	Orçamentário/Financeiro (15%) : se evento de risco impacta na gestão orçamentária e financeira do SGB-CPRM.

3.3.3.2. Matriz de Riscos Estratégica

Em atendimento ao disposto no artigo 23, §1º, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, a Área de Riscos e Controles Internos realiza a análise dos riscos e oportunidades associados à estratégia de longo prazo, considerando um horizonte mínimo de cinco anos. Esse trabalho visa identificar e avaliar os riscos que podem impactar o alcance dos objetivos estratégicos da organização e, consequentemente, comprometer a geração de conhecimento e o desenvolvimento de soluções efetivas em geociências, com foco no bem-estar da sociedade brasileira.

Para tanto, é identificado o principal evento de risco relacionado a cada um dos objetivos estratégicos definidos no Mapa Estratégico da Empresa.

Tabela 11: Mapa de Risco Estratégico 2024

Risco	Dimensões	Objetivos Estratégicos	Eventos de Risco
R1	Impacto nas Políticas Públicas e Sociedade	Incrementar o conhecimento geocientífico do Brasil em Geologia e Recursos Minerais	Carência de pessoal técnico especializado
R2		Incrementar o conhecimento geocientífico do Brasil em Geologia Marinha	Carência orçamentária
R3		Incrementar o conhecimento geocientífico do Brasil em Gestão de Riscos e de Desastres	Atendimento limitado dos objetivos da política pública para prevenção de desastre.
R4		Incrementar o conhecimento geocientífico do Brasil em Recursos Hídricos	Desatendimento do objetivo da Política Pública.
R5	Entregas para clientes e usuários	Gerar conhecimento geocientífico	Morosidade dos processos administrativos na contratação de serviços e na aquisição de materiais e insumos.
R6		Disponibilizar e disseminar conhecimento geocientífico	Falta de material apropriado em linguagem cidadã para a mediação geocientífica

R7		Promover a visibilidade institucional e a satisfação do usuário	Descomprometimento da realização das pesquisas de satisfação
R8	Processos	Promover melhorias contínuas nos processos organizacionais	Falta de padronização dos processos
R9		Garantir a eficiência na execução orçamentária e financeira	Insuficiência de Planejamento, acompanhamento e controle da execução orçamentária
R10	RH & Infraestrutura	Promover a infraestrutura propícia para execução da estratégia institucional	Infraestrutura insuficiente
R11		Desenvolver um quadro de empregados adequado para a realização dos projetos e atividades, garantindo a saúde e segurança do trabalho	Insuficiência de orçamento para realização de capacitações

3.3.3.3. Controles Internos, Conformidade e Integridade

A Política Normativa constitui parte integrante dos instrumentos de controle da gestão, sendo um mecanismo essencial para organizar e definir diretrizes que subsidiem tanto a administração quanto os diversos públicos — internos e externos —, incluindo empregados, colaboradores, agentes públicos ou privados, parceiros, órgãos de controle, secretarias e ministérios. Essa política orienta a execução dos programas previamente definidos pelo SGB-CPRM e o atendimento às demandas socioeconômicas do país.

A Área de Controles Internos e Conformidade, em parceria com o Escritório de Processos, vinculado à Superintendência de Planejamento Estratégico (SUPLAN), participa ativamente dos trabalhos de mapeamento dos processos relacionados à elaboração e atualização dos normativos no âmbito da Governança.

A análise contínua dos instrumentos normativos permite identificar aqueles que apresentam maior grau de fragilidade, com vistas a eliminar ou mitigar potenciais vulnerabilidades na gestão. O mapeamento das criticidades das políticas, regulamentos, regimentos internos, normas e instruções estabelece prioridades para as atualizações necessárias, contribuindo para o fortalecimento da conformidade no SGB-CPRM.

O trabalho articulado da Área de Controles Internos e Conformidade com as demais linhas de defesa — como a Auditoria Interna (AUDITE), o Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD), a Ouvidoria e a Corregedoria —, bem como com a Alta Administração e o Conselho Fiscal, favorece a comunicação eficiente e a adoção de ações pelas áreas gestoras e de monitoramento. Esse esforço zela pela adequada interação entre as instâncias internas de apoio à Governança do SGB-CPRM. A área atua de forma integrada, promovendo a convergência de relatórios, recomendações e apontamentos oriundos das auditorias, com ações preventivas e corretivas de gestão necessárias à mitigação de vulnerabilidades nas *accountabilities*.

Além disso, a Área de Controles Internos e Conformidade interage com a Área de Gestão de Riscos e Integridade no desenvolvimento e na finalização dos mapas de riscos, especialmente no que se refere à elaboração dos planos de ação e à formalização de normas e instruções.

Em 2024, a Área de Controles Internos e Conformidade da Governança do SGB-CPRM, em consonância com a legislação aplicável e orientada pelas melhores práticas de governança corporativa, intensificou seu compromisso com a qualidade da gestão da empresa, fundamentada nos princípios da transparência, equidade, sustentabilidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Com o objetivo de mitigar riscos que possam comprometer a entrega dos resultados esperados pela sociedade, de forma adequada, imparcial e eficiente, e em alinhamento com as

orientações do Manual da Controladoria-Geral da União (CGU), a Área de Integridade identificou oito (8) eventos de Risco de Integridade. Esses eventos estão detalhados nas ações temáticas do Plano de Integridade 2024-2025, instrumento que define ações específicas de curto e médio prazos, destinadas à prevenção e ao fortalecimento da cultura de integridade na empresa.

Adicionalmente, o SGB-CPRM dispõe de sua Política de Integridade, que estabelece princípios, diretrizes e atribuições essenciais ao fortalecimento da integridade organizacional, visando à detecção e remediação de atos de corrupção, desvios, fraudes e irregularidades, em consonância com a missão, a visão e os valores institucionais do SGB-CPRM.

3.4. COMPOSIÇÃO E REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

3.4.1. Descrição da remuneração dos Administradores

Segundo disposto no Regimento Interno, a remuneração dos membros estatutários é fixada anualmente em Assembleia Geral, nos termos da legislação vigente, sendo vedado o pagamento de qualquer forma de remuneração não prevista na Assembleia.

A remuneração mensal devida aos membros do Conselho de Administração não excederá a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores, excluídos os valores relativos a eventuais adicionais e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros do SGB-CPRM.

Tabela 12: Remuneração dos Administradores 2024

Rubrica	2024-2025
Honorário Fixo Presidente (H)	R\$ 30.243,10
Honorário Fixo Diretor (H)	R\$ 30.243,10
Gratificação Natalina (N)	R\$ 30.243,10
Gratificação de Férias (F)	R\$ 10.081,03
Auxílio Alimentação	R\$ 1.000,00
Auxílio Moradia	R\$ 4.721,78
Plano de Saúde	R\$ 1.841,15
Seguro de Vida	R\$ 395,74
RVA ano-base 2023	R\$ 45.364,65
Previdência Complementar	R\$ 1.308,00
Quarentena	R\$ 30.243,10
Honorário Fixo DE	R\$ 1.814.586,00
Gratificação Natalina DE	R\$ 151.215,50
Gratificação de Férias DE	R\$ 50.405,15
Auxílio Alimentação DE	R\$ 60.000,00
Auxílio Moradia	R\$ 283.306,80
Plano de Saúde DE	R\$ 110.469,00
Seguro de Vida DE	R\$ 23.744,40
RVA ano-base 2023 DE	R\$ 226.823,25
Previdência Complementar DE	R\$ 78.480,00
Quarentena DE	R\$ 907.293,00
INSS DE	R\$ 534.294,76
FGTS DE	R\$ 161.296,52
I - TOTAL DA DIRETORIA EXECUTIVA	R\$ 4.401.914,38
Honorário CA	R\$ 235.896,48

INSS CA	R\$ 62.512,57
II - TOTAL CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 298.409,05
III - TOTAL GERAL DOS ADMINISTRADORES (I + II)	R\$ 4.700.323,43
Honorário CF	R\$ 117.948,24
INSS CF	R\$ 31.256,28
IV - TOTAL DO CONSELHO FISCAL	R\$ 149.204,52
Honorário COAUD	R\$ 149.860,80
INSS COAUD	R\$ 39.713,11
V - TOTAL DO COMITÊ DE AUDITORIA	R\$ 189.573,91

3.4.1.1. Remuneração variável dos Administradores - RVA 2024

O objetivo do Programa de RVA é vincular a parcela da remuneração ao desempenho dos dirigentes, de modo a garantir a implementação da estratégia corporativa, o alcance dos resultados e a execução das políticas públicas.

Para o ano de 2024, o Programa de Remuneração Variável (RVA) dos membros da Diretoria Executiva vinculou a parcela da remuneração ao desempenho dos seus diretores, de modo a garantir a implementação da estratégia corporativa e o alcance dos resultados. A distribuição da RVA obedeceu ao alcance das metas definidas pelo Conselho de Administração em cada exercício, exigindo-se o alcance mínimo fixado no programa, conforme os indicadores previstos e gatilho apresentado. Participaram do Programa todos os membros da Diretoria Executiva da CPRM, sejam estes ativos ou os desligados ao longo do exercício, desde que tenham ocupado o cargo de direção por período igual ou superior a 30 (trinta) dias.

O valor correspondente à parcela de RVA a ser destinada a cada participante foi calculado proporcionalmente ao tempo de efetivo trabalho no respectivo exercício, conforme especificado no regulamento do programa.

- **Indicadores Econômicos Financeiros**

Percentual de execução orçamentária e financeira da Lei Orçamentária Anual (LOA)

O objetivo deste indicador consistiu em aumentar a execução orçamentária e financeira da Lei Orçamentária Anual (LOA) no exercício corrente do ano de 2024. Para a mensuração deste indicador, a execução orçamentária foi considerada com base nas despesas discricionárias liquidadas em relação à dotação atualizada, durante o exercício, para as despesas discricionárias, em cada Ação Orçamentária do SGB-CPRM com execução apenas do Órgão Gestor SGB-CPRM, ou seja, sendo subtraído o orçamento concedido por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED).

O valor condicionado para este indicador foi de 72% de execução orçamentária e financeira da Lei Orçamentária Anual. Sendo assim, ocorreu o alcance do indicado, sendo liquidado 84%.

Percentual do valor total dos empenhos inscritos em Restos a Pagar (RP)

O objetivo deste indicador consistiu em diminuir a inscrição de empenhos da em Restos a Pagar (RP) de orçamento da LOA no exercício de 2024. Para a mensuração, foram considerados os empenhos inscritos em Restos a Pagar (RAP) total, ou seja, processados e não processados, das despesas discricionárias da LOA em relação a dotação atualizada, durante o exercício, para as despesas discricionárias, em cada Ação Orçamentária do SGB-CPRM com execução apenas do Órgão Gestor SGB-CPRM, ou seja, sendo subtraído o orçamento concedido por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED).

O valor proposto para este indicador foi de 23% de empenhos inscritos em restos a pagar. Diante disso, foi manifestado que a empresa alcançou 22 %, no que se refere à inscrição de empenhos em restos a pagar, atingindo 100 % da meta.

- **Indicador de Políticas Públicas**

Índice de alcance dos indicadores finalísticos do SGB-CPRM

A meta de 96% proposta para o indicador de Políticas Públicas foi o Índice de Alcance dos Indicadores Finalísticos do SGB-CPRM que segue a premissa de cumprimento das metas pactuadas na Lei Orçamentária Anual, que por sua vez buscam o alcance das metas pactuadas no Plano Plurianual.

O Índice de Alcance dos Indicadores Finalísticos do SGB-CPRM é um indicador do Plano Estratégico do SGB-CPRM, que segue a premissa de cumprimento das metas pactuadas na Lei Orçamentária Anual, que por sua vez buscam o alcance das metas pactuadas no Plano Plurianual, para atendimento das políticas públicas referenciadas pelos Programas de Governo em que atua.

Na análise dos resultados evidenciou-se o cumprimento e a superação do índice estabelecido, com 100% de eficácia, em comparação a meta projetada a 81,8%. Adicionalmente, destaca-se que, dos 11 indicadores finalísticos que compõem o índice, todos apresentaram resultado igual ou superior a 100%, evidenciando o alcance do gatilho da dimensão de políticas públicas para o programa de remuneração variável. Desta forma, ocorreu o atingimento da meta pactuada no indicador de Políticas Públicas para o RVA.

- **Indicador de Governança, Conformidade de Transparência**

Conformidade SEST (IC-SEST)

O objetivo deste indicador consistiu no atendimento dos prazos estabelecidos pela SEST, com a qualidade esperada, para os macroprocessos de monitoramento Econômico-Financeiro, Saúde e Previdência, Orçamento e Governança Corporativa a meta estipulada para o exercício de 2024 era de 900 pontos e a CPRM atingiu 722,50 pontos atendendo 80% da meta.

Avaliação Colegiada da Diretoria

Este indicador foi desenvolvido com a finalidade de orientar o processo de Avaliação de Desempenho dos Administradores e dos Membros dos Comitês Estatutários da CPRM, observadas as diretrizes definidas pela Lei Federal nº 13.303/16, do Estatuto Social da CPRM e nas demais legislações aplicáveis. Na definição do indicador utilizado no Programa RVA 2024 CPRM, foi considerada a Avaliação de Desempenho Anual Colegiada da Diretoria, de acordo com as diretrizes estratégicas da CPRM, aprovadas pelo Conselho de Administração. A avaliação tinha valor de meta de 1 ponto e foi atingida.

3.5. INOVAÇÕES EM GOVERNANÇA CORPORATIVA

3.5.1. Políticas e práticas de governança corporativa

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou o Levantamento de Governança, Sustentabilidade e Gestão – iESGo 2024. Em complemento às práticas de governança sobre a gestão orçamentária, já inseridas no ano de 2021, foram incorporadas práticas relacionadas à sustentabilidade ambiental e social, compondo o primeiro indicador público federal sobre *ESG - Environmental, Social and Governance*.

Com essa ampliação, espera-se agregar ainda mais valor ao trabalho, promovendo melhorias na governança e na gestão, especialmente sob as perspectivas social e ambiental.

A coleta de dados para o levantamento foi realizada por meio de um questionário eletrônico de autoavaliação, composto por 100 (cem) questões objetivas de livre escolha, abrangendo os seguintes temas:

- I – Governança organizacional pública;
- II – Gestão de pessoas;
- III – Gestão de tecnologia da informação e segurança da informação;
- IV – Gestão de contratações;
- V – Gestão orçamentária e financeira;
- VI – Sustentabilidade ambiental; e
- VII – Sustentabilidade social.

Conforme demonstrado no quadro comparativo dos indicadores de 2021 e 2024, disponibilizado abaixo, observa-se uma tendência evolutiva rumo ao atingimento do nível de maturidade em governança e gestão, adequado aos riscos enfrentados para alcançar os resultados institucionais esperados.

Destaca-se, nesse contexto, a evolução do Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas, que passou de 47,40% para 54,40%, representando um aumento de quase 15%. Registra-se, ainda, crescimento expressivo nos índices de capacidade em governança e gestão de tecnologia da informação (TI), com elevação de 64%, bem como no índice de capacidade de gestão de TI, que apresentou um incremento de 42%.

Tabela 13: Indicadores de Governança do TCU 2021-2024

Indicador	Valor 2021	Valor 2024
iESGo (índice ESG)	Não apurado	58,00%
iES (índice integrado de sustentabilidade ambiental e social)	Não apurado	23,80%
iGovSustentAmb (índice de governança e gestão da sustentabilidade ambiental)	Não apurado	23,30%
iGovSustentSocial (índice de governança e gestão da sustentabilidade social)	Não apurado	24,10%
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	47,40%	54,40%
iGovPub (índice de governança pública)	58,30%	69,80%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	50,10%	34,10%
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	41,00%	49,00%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	38,20%	62,40%
iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	37,80%	54,00%
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	21,90%	25,80%
iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	26,10%	20,40%
iGovOrcament (índice de governança e gestão orçamentária)	89,20%	77,60%
iGestOrcament (índice de capacidade em gestão orçamentária)	81,80%	80,60%

A Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) desenvolveu o Indicador de Governança das Empresas Estatais – IG-SEST como uma ferramenta destinada ao monitoramento contínuo das diretrizes de governança corporativa adotadas pelas empresas estatais federais.

Em 2024, a SEST optou por não realizar avaliações relativas às práticas de governança corporativa implementadas pelas estatais. No 6º Ciclo de Avaliação, realizado em 2022, o Serviço Geológico do Brasil – SGB/CPRM obteve uma pontuação de 8,12 no IG-SEST, evidenciando o comprometimento da empresa com as boas práticas de governança.

Nesse contexto, ao longo de 2024, o SGB/CPRM participou da consulta prévia conduzida pela SEST/Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), com vistas à

preparação do 7º Ciclo do IG-SEST, programado para 2025. Essa participação abordou aspectos específicos relacionados à governança e às políticas públicas implementadas pelas empresas estatais, com o objetivo de colaborar na definição de indicadores adequados para a avaliação do desempenho dessas organizações, especialmente no que tange à entrega sustentável de produtos e serviços públicos à sociedade.

Conselho de Administração
Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM)